



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO- POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ROSY CLEIDE GOMES SOBRINHO

**A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA
ESTRANGEIRA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Brasília/DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 5677i Sobrinho, Rosy
A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A
IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / Rosy Sobrinho;
orientador Adriana Almeida Sales de Melo De Melo. --
Brasília, 2021.
102 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Educação)
-- Universidade de Brasília, 2021.

1. Internacionalização nas universidades. 2. Universidade
de Brasília. 3. Formação continuada em língua estrangeira . 4.
Inglês instrumental. 5. Servidor Técnico-Administrativo.
I. De Melo, Adriana Almeida Sales de Melo, orient. II.
Titulo.

ROSY CLEIDE GOMES SOBRINHO

**A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação, pelo Mestrado
Profissional em Educação da Universidade de
Brasília.**

**Orientadora: Profa. Dra. Adriana Almeida Sales de
Melo**

**Brasília – DF
2021**

ROSY CLEIDE GOMES SOBRINHO

A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A IMPORTÂNCIA
DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA O CORPO
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A comissão examinadora, abaixo identificada, aprova a dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília.

Aprovado em: ___ / ___ / ___

Banca Examinadora

Profª. Dra. Adriana Almeida Sales de Melo (orientadora),
Departamento de Educação (FE/UnB)

Profª. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos (membro interno),
Departamento de Educação (FE/UnB)

Prof. Dr. Marcelo Machado Feres (membro externo)
Instituto Federal de Brasília (IFB)

Prof. Dr. Remi Castioni (suplente)
Departamento de Educação (FE/UnB)

A Deus, pelo seu infinito amor...

A minha família, por ser minha base.

Aos servidores técnicos da UnB, espero
que este trabalho desperte um anseio em
buscar voos maiores!

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, desfilam em minha memória tantos nomes, histórias, vivências, cada qual acompanhada por um motivo especial de gratidão. Com isso, guardo comigo a certeza de que essa árdua travessia no caminho de mais uma realização de minha vida não foi uma jornada solitária, como cheguei a pensar tantas vezes. Ela também é fruto de muitas mãos, tão necessárias, tão imprescindíveis.

Agradeço primeiramente a Deus que me capacitou até aqui, minha base de vida, especialmente por meio da presença constante e amorosa da espiritualidade em minha vida, cujas mãos impalpáveis acalentam minha alma, suavizam o meu coração e renovam minhas forças.

Gratidão à minha família, em especial a minha irmã amada Rosiclay que não me desamparou em nenhum momento de aflição, suas horas dispensadas a mim para realização deste trabalho e suas palavras de conforto e risos quando eu mais precisei. Ao meu filho, amor maior, que me faz evoluir para que ele tenha um exemplo de superações e de vitórias. Minha mãe amada. Gratidão ao meu amor, Fábio, por ser tão companheiro e incentivador que nunca me deixou desistir desse sonho.

Gratidão aos meus amigos do coração Roberta e Sérgio que me incentivaram a participar do processo seletivo e me acompanham diariamente com palavras de confiança e pela torcida. Agradeço também à amizade cultivada: Sirlei, pela cumplicidade; Mônica, pelo apoio; e tantos outros que direta ou indiretamente fazem parte dessa história.

Gratidão a todos os professores que fizeram desses dois anos especiais e edificante. À Professora Ana, que com seu jeito paciente e doce me trouxe um incentivo para entrar no mestrado; à minha orientadora, a professora Adriana Melo, que tem um papel central nesta minha realização. Obrigada por acreditar sempre em mim, por todo o apoio, especialmente nos momentos que mais precisei, por todos os incentivos, por tanto me ensinar, por sua amizade, um verdadeiro presente que a vida me proporcionou. Agradeço também aos professores que compõem minha banca, pois além da paciência e boa vontade comigo, suas contribuições foram significativas para dar mais maturidade e qualidade ao meu trabalho e de contribuir para o meu desenvolvimento.

Gratidão à Universidade de Brasília – UnB, pela oportunidade oferecida de ampliar meus conhecimentos, fator especialmente motivador para meu crescimento pessoal e

profissional. Aos meus colegas de trabalho, foi pensando em vocês que desenvolvi o produto dessa dissertação para que de alguma forma possa contribuir para o crescimento profissional do corpo técnico.

Gratidão por todo o apoio das pessoas que aqui não foram citadas, mas espero que, de alguma forma, sintam-se agradecidas por mim. A presença de cada um de vocês citados ou lembrados representa para mim a soma de todos os afetos: como o colo que acolhe, o braço que envolve, a palavra que conforta, o silêncio que respeita, a alegria que contagia, a lágrima que corre, o olhar que acaricia, o desejo que sacia, o amor que promove. Para finalizar, deixo essa frase que representa muito esse momento:

“A gratidão é o único tesouro dos humildes”

(William Shakespeare).

*Não se amoldem ao padrão deste mundo,
mas transformem-se pela renovação da
sua mente, para que sejam capazes de
experimental e comprovar a boa,
agradável e perfeita vontade de Deus.*

(Romanos 12:2)

RESUMO

Esta dissertação, trabalho de conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação na linha de Gestão e Políticas Públicas, discorre sobre a seguinte questão: como a Universidade de Brasília (UnB) tem implementado a capacitação dos servidores técnico-administrativos (TAEs) em relação ao aprendizado de uma segunda língua no contexto do seu Plano de Internacionalização vigente? Com perspectiva de propor melhorias na capacitação e qualificação nessas ações no sentido de torná-los mais eficientes e eficazes, apresenta os seguintes objetivos específicos: contextualizar a globalização e a importância do crescimento da internacionalização nas universidades brasileiras; mapear o histórico do processo de internacionalização na UnB e as políticas de capacitação para as atividades laborais destinadas aos TAEs diretamente envolvidas com o processo; e averiguar os avanços e dificuldades enfrentadas durante o processo de internacionalização da UnB em relação à capacitação continuada em um segundo idioma para os TAEs. Para a obtenção dos resultados, primeiramente, procedeu-se a revisão bibliográfica da produção acadêmica brasileira e internacional que verse sobre globalização, internacionalização, capacitação dos TAEs, bem como a ferramenta de gestão Análise Swot. A metodologia empregada foi o estudo de caso do Plano de Internacionalização (2018-2022) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022) e as ações de capacitação linguística da UnB. Diante de toda a análise feita, percebeu-se a importância do desenvolvimento dos TAEs, a fim de permitir maior agilidade nos processos para uma Universidade internacionalizada, expressiva e atuante. Dessa forma foi sugerido como produto: uma nota técnica com uma proposta de capacitação para o estudo de uma segunda língua (Inglês) para os TAEs, na modalidade instrumental.

Palavras-chave: Internacionalização; Universidade de Brasília; Capacitação; Língua Estrangeira; Servidores Técnico-Administrativos.

ABSTRACT

This dissertation, completion work of the Professional Master in Management and Public Policy in Education, addresses the following question: how the University of Brasilia (UnB) has implemented the training of technical-administrative servers (TAEs) in relation to learning a second language in the context of its current Internationalization Plan? How has the University of Brasilia (UnB) implemented the training of technical-administrative servers (TAEs) in relation to learning a second language in the context of its current Internationalization Plan? With the perspective of proposing improvements in the training and qualification in these actions in order to make them more efficient and effective, permeating the following specific objectives: to contextualize globalization and the importance of the growth of internationalization in Brazilian universities; to map the history of the internationalization process in the UnB and the training policies for the work activities for TAEs directly involved with the process; and investigate the advances and difficulties faced during the internationalization process of the UnB in relation to continuous training in a second language for TAEs. To obtain the results, we first of all conducted a bibliographic review of the Brazilian and international academic production that deals with globalization, internationalization, training of TAEs, as well as the Swot Analysis management tool. The methodology used was the case study of the Internationalization Plan (2018-2022) and the Institutional Development Plan (2018-2022) and the UnB's language training actions. In view of all the analysis done, it was realized the importance of the development of TAEs, in order to allow greater agility in the processes for an internationalized, expressive and active University. Thus, it was suggested as a product: a training proposal for the study of a second language (English) for TAEs in the instrumental modality.

Keywords: Internationalization; University of Brasília; Training; Foreign Language; Technical-Administrative Staff.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Tabela 1 -	Parcerias Internacionais vigentes na UnB	51
Quadro 1 -	Quadro de Coerência.....	19
Quadro 2 -	Marco legal de Qualificação voltada para o setor público.....	67
Quadro 3 -	Cronograma de Execução PDP.....	69
Quadro 4 -	Número de técnico-administrativos ativos por nível e faixa etária, 2018.....	76
Quadro 5 -	Oferta do inglês instrumental UnB Idiomas	84
Quadro 6 -	Matriz <i>SWOT</i>	101
Figura 1 -	Números estudantes UnB Idiomas.....	62
Figura 2 -	Números Idiomas sem Fronteiras.....	62
Figura 3 -	Plano de ações do NEPPE.....	63
Figura 4 -	Organização do Programa Permanente UnB Idiomas.....	72
Figura 5 -	Fluxo de processos para acesso UnB Idiomas – Servidores	78
Figura 6 -	Matriz <i>SWOT</i>	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APF	Administração Pública Federal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
BIRD	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES PrInt	Programa Institucional de Internacionalização
CEL	Centro de Ensino de Línguas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPE/UnB	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGAI	Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior
CIL /USP	Centro Interdepartamental de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
CIP	Centro de Apoio a Intercâmbio e Programas Internacionais
CsF	Programa Ciência Sem Fronteiras
DCADE	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DEX	Decanato de Extensão
EEES	Espaço Europeu de Ensino Superior
ERAMUS	<i>European Region Action Scheme for the Mobility of University Students</i>
FE	Faculdade de Educação
FL	Faculdade de Letras
FMI	Fundo Monetário Internacional

IC	Instituto Confúcio
IES	Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IL	Instituto de Letras
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
IsF	Programa Idiomas sem Fronteiras
LET	Línguas Estrangeiras e Tradução
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
NEPPE	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros
NAFTA	Tratado de Livre Comércio de América do Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização não governamental
PAC	Plano Anual de Capacitação
PCCTAE	Plano de Carreiras dos Cargos dos Servidores Públicos Técnicos Administrativo em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento Pessoal
PI	Plano de Internacionalização
PIBEX	Programa de Institucionalização de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROCAP	Coordenadoria de Capacitação
PRPG	Pró-reitora de Pós-Graduação

SESU	Secretaria de Educação Superior
TAE	Técnicos Administrativos Em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TOEFL	<i>Test of English as a Foreign Language</i>
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UnB Idiomas	Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas
UNESCO	A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UE	União Europeia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. GLOBALIZAÇÃO.....	20
1.1. A Globalização e seus Impactos nas Instituições de Educação Superior	20
1.2. A Globalização e a necessidade de uma segunda língua.....	24
2. INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES	28
2.1. A internacionalização nas Universidades no contexto global	28
2.2. A Importância do Processo de Bolonha na Internacionalização da Educação Superior	32
2.3. A Internacionalização das Universidades na América Latina - Mercosul Educativo e os Acordos de Cooperação	35
2.4. A Internacionalização nas Universidades Federais Brasileiras	38
2.5. Programas Federais Brasileiros de Línguas voltadas para as Universidades	43
3. INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	47
3.1. Visão Histórica da Universidade de Brasília.....	47
3.2. Aspectos relevantes do Plano de Desenvolvimento Institucional no contexto da Internacionalização (PDI/2018-2022).....	53
3.3. O Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília.....	55
3.4. Programas linguísticos sugeridos no Plano de Internacionalização	59
4. QUALIFICAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	64
4.1. A importância da qualificação dos Técnico-Administrativos para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior	64
4.2. O Programa UnB Idiomas como uma capacitação continuada	69
4.3. A Importância da Capacitação Continuada em um segundo idioma dos Técnico-Administrativos para o processo e internacionalização da UnB	72
4.4. Análise <i>Swot</i> : como ferramenta para o processo de capacitação continuada e desenvolvimento dos TAEs.....	77
4.5 - O ensino de um segundo idioma – Aplicação na modalidade instrumental aos Técnico-Administrativos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

A era da globalização exige das universidades, tanto no Brasil quanto no mundo, a crítica autônoma a suas consequências e a análise profunda de todos os conflitos sociais relacionados com suas dinâmicas históricas. As transformações nas instituições públicas e a formação dos seus trabalhadores envolvidos para atuar como profissionais com perfil adequado às demandas no contexto local e internacional; tanto baseadas em boas práticas quanto por um direcionamento institucional coerente e adequado às especificidades do processo de internacionalização; tornam-se preocupações tanto de instituições públicas quanto privadas.

A presente dissertação baseou-se em estudo de natureza teórico-empírica, seguindo a estratégia de pesquisa de estudo de caso, nos moldes de Flick (2009); seguiu os elementos de uma pesquisa qualitativa, que envolve fontes primárias (documentos) e secundárias (bibliografia e material de imprensa). Além de qualitativa, a pesquisa também é de caráter exploratório, pois elegeu a Universidade de Brasília (UnB) como objeto de pesquisa, em um momento atual, que envolve suas escolhas em construção voltadas para a internacionalização, cujos conceitos estavam presentes em suas ações desde a sua criação.

Procuramos detalhar como o processo de internacionalização na UnB impactou nas atividades e nas necessidades profissionais dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) no período de 2018-2020, especificamente no tange à temática de sua capacitação continuada, bem como pela necessidade e desejo de avançar na compreensão do tema, contribuindo para sua maior visibilidade.

Adicionalmente, o aprofundamento da revisão de literatura foi realizado por meio do levantamento de referências teóricas, nacionais e estrangeiras, publicadas por meios impressos e eletrônicos, em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos que versam sobre temas diversos relacionados à educação superior de modo geral, à globalização, em especial no contexto dos Institutos Ensino Superior (IES), e às temáticas específicas a respeito do processo de internacionalização da educação superior e qualificação do corpo técnico administrativo.

O trabalho de pesquisa foi direcionado à capacitação continuada dos TAEs, que trabalham diretamente com a internacionalização na UnB, como assessorias e secretarias no período de 2018-2020, no que tange ao processo de internacionalização em implementação pela Universidade.

Justifica-se esse trabalho em razão de apreciações empíricas da importância do domínio de um segundo idioma pelo corpo técnico-administrativo da instituição junto às secretarias e às assessorias da UnB. Diante do acesso e contato constante com professores, alunos, secretarias

de graduação e pós-graduação, resta evidenciada a crescente mobilidade devido aos acordos internacionais firmados pela Universidade. A gestão traz em seus Planos de Desenvolvimento Institucional e Internacional a preocupação com os programas linguísticos, porém de maneira genérica, mas reconhece que o conhecimento de uma segunda língua traria uma comunicação eficaz e eficiente à comunidade acadêmica estrangeira.

A revisão inicial da literatura mostra como a globalização impulsionou a internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial aqui estudada a UnB, com novas políticas e práticas. Percebeu-se a importância do desenvolvimento profissional do servidores técnico-administrativos, a fim de permitir maior agilidade nos processos para uma Universidade internacionalizada, expressiva e atuante.

Além disso, notou-se que o processo de internacionalização da UnB trouxe desafios para os técnico-administrativos que, para atender essas novas demandas, viu-se carente de capacitação em língua estrangeira adequada e específica. É importante destacar que as demandas exigidas pela UnB em seu processo de internacionalização com relação ao seu corpo técnico podem ser atendidas por meio da oferta de curso de línguas na modalidade instrumental pelo seu Programa de Extensão Permanente UnB Idiomas.

Como técnica de pesquisa, foi utilizada de análise documental. De acordo com Richardson (2017), existem características básicas da pesquisa supracitada, destarte: a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

As ferramentas de pesquisa serão aplicadas tendo por objetivo responder às seguintes etapas do estudo: contextualizar a globalização e a importância do crescimento da internacionalização nas universidades brasileiras; mapear o histórico do processo de internacionalização na Universidade de Brasília e as políticas de capacitação para as atividades laborais destinadas aos técnico-administrativos diretamente envolvidas com o processo; averiguar os avanços e dificuldades enfrentadas durante o processo de internacionalização da UnB em relação à capacitação continuada em um segundo idioma para os técnico-administrativos; bem como propor metodologias para melhor qualificar o corpo técnico administrativo da UnB, em relação ao aprendizado de um segundo idioma, na modalidade instrumental, tendo em vista o processo de internacionalização.

Desse modo, o presente estudo objetivou investigar o processo de internacionalização da Universidade de Brasília e a necessidade de adequação dos programas de capacitação e qualificação profissional continuada destinados aos servidores técnicos administrativos em educação (TAEs) ativos e como eles se percebem nesse processo.

Como Nota Técnica, foi sugerida a capacitação em programas linguísticos na modalidade instrumental para os servidores técnicos administrativos da UnB, onde utilizou-se o estudo do processo de internacionalização e as necessidades de capacitação do corpo técnico nesse contexto. Com o auxílio da ferramenta de gestão Análise *Swot* que balizou os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades da UnB, permitindo equalizar a viabilidade da UnB Idiomas em ofertar cursos em uma segunda língua na modalidade instrumental direcionada aos servidores técnicos da Universidade.

Diante do exposto, o principal propósito é verificar de que maneira a internacionalização da UnB demanda por programas de capacitação e qualificação nos programas linguísticos destinados especificamente aos TAEs, com a perspectiva de propor melhorias nessas ações no sentido de torná-las mais eficientes e eficazes.

Quadro 1 – Quadro de Coerência

QUADRO DE COERÊNCIA		
Título: A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:		
<p>Objeto de Pesquisa: os servidores técnico-administrativos e a qualificação em uma segunda língua no processo de internacionalização vigente na UnB.</p> <p>Objetivo: identificar como a Universidade de Brasília tem implementado a capacitação dos servidores técnico-administrativos em relação ao aprendizado de uma segunda língua no contexto do seu Plano de Internacionalização vigente.</p>		
Questões de Pesquisas	Objetivos Específicos	Procedimentos /Instrumentos
Como a globalização evidenciou a internacionalização nas universidades no contexto global e especificamente nas universidades brasileiras?	Contextualizar a globalização e a importância do crescimento da internacionalização nas universidades brasileiras	Pesquisa repositório Scielo, Capes e sites da internet.
Como a UnB se tornou internacionalizada e como ela se posiciona nesse contexto?	Mapear o histórico do processo de internacionalização na Universidade de Brasília e as políticas de capacitação para as atividades laborais destinadas aos técnicos-administrativo diretamente envolvidas com o processo	Pesquisa em anuários e acervos da UnB, análise documental e pesquisas no site da Universidade
De que maneira a UnB está capacitando seu corpo técnico em relação ao aprendizado de uma segunda língua?	Averiguar os avanços e dificuldades enfrentadas durante o processo de internacionalização da UnB em relação à capacitação continuada em um segundo idioma para os técnico-administrativos.	Pesquisa junto aos relatórios da PROCAP sobre a capacitação continuada de programas de línguas estrangeira voltados para os TAEs; pesquisa no LET sobre possíveis ações.
Como otimizar a relação entre áreas na UnB no intuito de implementar o ensino do segundo idioma na modalidade instrumental voltado para os TAEs?	Proposição de metodologias para melhor qualificar o corpo técnico administrativo da UnB, em relação ao aprendizado de um segundo idioma, na modalidade instrumental, tendo em vista o processo de internacionalização.	Desenvolver um produto com parcerias interna na UnB para a implementação do ensino de um segundo idioma na modalidade instrumental

Fonte: Produzido pela autora

1. GLOBALIZAÇÃO

1.1. A Globalização e seus Impactos nas Instituições de Educação Superior

A globalização, também chamada de mundialização, é um fenômeno que tomou força a partir da década de 1990, atingido diversas áreas tanto do conhecimento como das relações pessoais, acarretando mudanças profundas na forma de interação entre os países (MOROSINI, 2006).

Ocorreram várias mudanças advindas da globalização, “as grandes manifestações cada vez mais multiculturais das sociedades, influencia as novas configurações societárias, altera as velhas noções de espaço e tempo na comunicação” (DIAS, 2005, p. 165). O mesmo autor também define que a mundialização “potencializa a mobilidade, imprime novos perfis no mundo do trabalho, impulsiona o acúmulo exponencial dos conhecimentos”. Todas essas transformações geram várias mudanças nos campos das ciências e das tecnologias e aumenta a complexidade nas relações humanas e na vida em geral.

Dos Santos (2012) ressalta que o fenômeno da globalização acarretou a ideia da inexistência de um mundo sem fronteiras – uma “aldeia global”:

Desde o início da década de 1990, o fenômeno da globalização (ou mundialização) tem se configurado como um dos mais significativos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política e espacial; bem como uma via de “barateamento” dos meios de transporte e comunicação de países desenvolvidos e em desenvolvimento. O advento da globalização acarretou, assim, a formação de uma “aldeia global”, fazendo com que os mercados internos adquirissem cada vez mais capital financeiro. (DOS SANTOS, 2012, p. 96-97)

O processo de globalização envolve as mudanças não apenas *in loco*, mas sim como um todo, refletindo as ações que fundamentam as políticas para melhor adequação ao novo processo. Nesse aspecto, é possível entender que há interação dialética entre global e local. Mostra ainda que na globalização a migração não é uma mera transposição e transferência, pois as políticas são recontextualizadas dentro de contextos nacionais específicos (DOS SANTOS, 2012).

Para Altbach (2004, p. 3) a “Globalização é definida como o resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que diretamente afetam a educação superior”. Como bem colocado pelo autor, percebe-se que a mundialização dos mercados contribuiu por globalizar os modos de produção e as culturas.

Nesse cenário, a globalização determinou inúmeras transformações mundiais, de modo que é preciso buscar novos posicionamentos do Estado, como agente transformador da sociedade, no âmbito das políticas públicas nas universidades, envolvendo seus profissionais como percussores da propagação do conhecimento (DIAS, 2005).

Nesse mesmo entendimento, Dias relata que “a globalização não é simplesmente a continuação da internacionalização tradicional. Trata-se de um fenômeno muito mais complexo e plurirreferencial” (DIAS, 2005, p. 165). O autor ainda destaca que a responsabilidade da educação e sociedade estão relacionadas não de maneira consensual, cabendo à universidade motorizar as transformações exigidas – “elaborar uma compreensão ampla e fundamentada relativamente às finalidades e transformações da sociedade”. É desafiador definir a globalização.

Já Santos (2015) questiona se seria globalização ou globalizações. Para o autor, resta evidenciado que há globalizações e que nele há três mundos em um só: a globalização como fábula – em que o mundo é tal como nos fazem vê-lo; a globalização como perversidade – o mundo como ele é; e uma outra globalização que consiste no mundo como ele pode ser.

Na globalização como fábula, o fenômeno é visto pelos meios de comunicação massivos, nos quais cria-se uma relação entre o mundo das notícias, da produção e das normas – perpetuando o falso progresso por meio da globalização, criando uma ilusão que esse mundo está acessível a todos, desconsiderando que este mundo encantador está acessível apenas a quem realmente pode comprá-lo. Essa globalização é vista como o um simulacro, não de uma simulação, não como uma oposição à realidade, e sim como a própria realidade, como a ideologia da globalização nos faz crer.

Santos (2015) destaca também que a globalização como perversidade: o mundo real, vivido. O autor descreve que a maioria da população mundial não usufrui e provavelmente nunca usufruirá das técnicas modernas. A dominação do dinheiro e do acesso à informação, gerando competitividade de caráter consumista que acaba tornando-se uma ideologia única dos Estados, das empresas e das pessoas.

Percebe-se que o autor evidencia o consumismo visando ao acúmulo, deixou de ser um meio, passando a ser um fim em si mesmo, fazendo disso necessidade real ou imaginada, de buscar mais dinheiro, indispensável para a existência das pessoas, das empresas, das nações, as formas pelas quais ele é obtido, sejam quais forem, já se encontram antecipadamente justificadas (SANTOS, 2015, p. 56)

A terceira globalização, como possibilidade, trata daquilo que ela pode ser. Na crença de Milton Santos (2015), de que “a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima”, o grande foco seriam os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os menos favorecidos e não as classes dominantes; A visão de indivíduos livres como descreve o autor “o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único”. (SANTOS, 2015, p. 10).

O autor acrescenta, ainda, que a globalização mostra mais uma realidade do mundo capitalista em que predominam as necessidades mercantis, o que deixa evidenciado é o Estado fortalecido para atender aos interesses financeiros e de outros interesses de organismos internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2015)

A globalização não trouxe em sua história um desenvolvimento econômico mundial inclusivo, convergente e homogeneizador, e sim, a globalização como assimetria de poder e dominação, e esse poder não é descentralizado como deveria, mas sim concentrado numa rede complexa de instituições, organizações, agências e conglomerados agora globalizados (REIS, 2001).

O processo da globalização também ocorreu na América Latina. A reconfiguração dos espaços globais e regionais tem o marco das transformações ocorridas no sistema internacional e o subsistema latino-americano. No século XXI, há uma nova ordem global e emergente, em que a transição geral das condições para esta nova etapa é caracterizada pela heterogeneidade.

A América Latina convive, há muito tempo, com a preponderância de uma classe capitalista transnacional, que influencia o processo de globalização na região, destacando as multinacionais e a elite local que não conseguiram contribuir para a diminuição das desigualdades existentes de inúmeras décadas (MIRANDA, 2016).

No campo de formulação de políticas nacionais de educação, a área veio sendo convenientemente preparada pelos organismos internacionais. Nas últimas décadas houve movimentos patrocinados pelos organismos de cooperação e financiamento internacional para direcionar ou redirecionar as políticas públicas no campo da educação latino-americana (GARCÍA, 2005).

Essa intervenção pode ser tanto como um instrumento de abertura de conhecimento e aprendizagem como também uma forma de influenciar nos processos internos de decisão políticas, podendo vir a interferir nos interesses nacionais e diminuir a importância da riqueza cultural local (NOGUCHI, 2007).

Os organismos internacionais financeiros envolvidos no sistema de educação superior são: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já os principais organismos de recomendações são a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre outros.

É importante destacar que a ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (UNESCO), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco Interamericanos de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) interviram no contexto internacional nas experiências reformistas no tocante à educação e a administração educacional, principalmente em países desenvolvidos e difundidos também para os subdesenvolvidos no intuito de propagar o conhecimento por essas organizações intergovernamentais (SOUZA, 2015)

Na América Latina, essas organizações se fizeram presentes na questão do ensino superior. Com o avanço da globalização da economia e da atividade humana aumenta o desafio para defender e preservar nossa identidade cultural nos esforços de reforma educacional. Uma das indicações desse desafio é a tentativa de regulamentação pela Organização Mundial do Comércio (OMC) do ensino como produto globalizado.

Evidencia-se que o perfil das universidades da América Latina refere-se à função social prevaiente. Destaca-se que as universidades desempenham um papel único e bem diferente dos outros países, além do ensino, da pesquisa de nível superior as universidades trazem desde a sua origem um perfil significativo de responsabilidade social (CASTRO e NETO, 2012).

Esse movimento internacional é um desafio, no qual as universidades precisam ser uma instituição aberta e universal, contudo, atentos aos interesses e aspirações nacionais. Como salientam Castro e Neto (2012). No contexto dessa nova dinâmica, os organismos internacionais desenvolvem um papel de mediação e disseminação das diretrizes que os governos locais tendem a assumir, resguardando as especificidades de cada país no objetivo de uma visão hegemônica para a educação superior.

Essa preocupação esteve presente nos debates e nas conclusões da Conferência Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI: Visão e Ação, realizada em Paris, em 1998, evidenciou o papel e a função desse nível de educação, tendo como foco apreender a implicação dos fatores externos que determinam a dinamicidade de sua transformação e, assim, a

conformação do seu desenvolvimento (CASTRO e NETO, 2012). A Conferência teve a expressiva participação na América Latina na sua preparação e realização e continua presente na agenda política do ensino superior público do hemisfério, tendo como objetivo central o desafio de preservar a identidade cultural latino-americana. Os autores ainda alertam que para um país ter um desenvolvimento endógeno e reduzir a desigualdade que separa os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos é preciso que a educação superior invista em instituições de pesquisas adequadas para que o país tenha pessoas qualificadas para formar uma sociedade mais crítica.

1.2. A Globalização e a necessidade de uma segunda língua

O processo de globalização trouxe muita aproximação de povos, mas também muitas perdas de culturas e de línguas. Com o crescimento para uma universalização linguística e do advento dos povos conquistados e colonizados em diferentes continentes.

O Summer Institute of Languages – uma organização sem fins lucrativos global e religiosa que trabalha com comunidades locais em todo mundo para desenvolver soluções linguísticas, em sua base de dados *technology language of world*, identificou mais de 6 mil idiomas. Estima-se que mais de 95% desses são falados por 4% da população (DAVIES e COMRIE, 1985).

Um exemplo é a Austrália, no crescente avanço do inglês foram extintas mais de 150 línguas de grupos de aborígenes. Como no latim em relação às línguas dos povos colonizados e espanhol no caso dos povos conquistados e colonizados na América. No caso do Brasil, é possível ter havido mais de mil línguas antes da chegada dos portugueses. Um estudo da Universidade de Brasília relatou, nos anos 90, que restavam aproximadamente 189 línguas.

A Organização destaca ainda que as línguas mais difundidas são: chinês; inglês, hindi e o espanhol – nessa ordem, seguidos de russo, árabe, português e francês. Vale ressaltar que o chinês e o hindi são mais falados por serem línguas nacionais de países populosos como a China e a Índia. Na América Latina, o espanhol prevalece, sendo 24 milhões de pessoas que a tem como língua materna. Resta evidenciado que o espanhol é um dos idiomas oficiais de organismos internacionais como a UNESCO, ONU, Organização da Unidade Africana, entre outros, mostrando a sua importância no contexto internacional.

Já a língua portuguesa, no continente americano, é falada como idioma oficial apenas pelo Brasil. A língua portuguesa também é o idioma materno em outros países de continentes

diferentes como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, tendo aproximadamente 184 milhões de falantes da língua, pouca expressividade no contexto global (MIYAMOTO, 2009).

No tocante ao inglês, o idioma é língua materna para aproximadamente 478 milhões de pessoas. Acrescente-se ainda que mais de 300 milhões a tem como segunda língua e 100 milhões falam fluente como idioma estrangeiro e está representada em todos os continentes (TARGINO E NEYRA, 2006). Diante desse cenário, a UNESCO e outros organismos internacionais reconhecem ser a segunda língua mais falada depois do mandarim, bem como a mais utilizada em relações comerciais, financeiras, e na maioria das comunicações de pesquisa entre os países, como congressos científicos, publicações científicas e redes de pesquisa.

A questão do domínio da linguagem assume uma importância cada vez mais relevante no cenário mundial, em que para se ter um bom relacionamento dentro e fora da organização se faz necessário uma boa comunicação. Com o advento da evolução da globalização isso se torna mais importante devido ao processo mercantil, profissionais, bem como socialmente imposta nas interações entre países (AMORIM e FINARDI, 2017).

Segundo Dos Santos (2012), o conhecimento de uma língua estrangeira, nos tempos atuais, mostra-se como uma necessidade imposta pelos processos e não como um luxo.

Diante dos avanços científicos e tecnológicos ocorridos nas diferentes áreas e sub-ramos do saber na atualidade, conhecer e fazer uso de uma ou várias línguas estrangeiras têm se configurado não mais como uma questão de luxo ou status social, mas uma necessidade emergencial dos novos tempos, tendo em vista atender às inúmeras e crescentes demandas sociais e profissionais. (DOS SANTOS, 2012, p. 96)

O domínio de línguas estrangeiras no mundo globalizado não é apenas um modismo, pois é capaz de determinar a inserção e manutenção de profissionais também no âmbito governamental. As organizações empresariais e governamentais, de âmbito nacional e internacional, têm sido seletivas em relação à composição de seus quadros de servidores (DOS SANTOS, 2012).

A comunicação, que se tornou muito mais rápida que antigamente, por meio do desenvolvimento da tecnologia, transformou os profissionais que usam a comunicação, seja ela escrita ou oral, pessoas com habilidades linguísticas – língua materna ou em outro idioma – com grande poder de persuasão.

Por conseguinte, o impacto das políticas linguísticas, no mundo globalizado, reflete-se, igualmente, nas políticas educacionais e nos modelos de ensino, bem como nos profissionais envolvidos nas universidades, refletindo uma responsabilidade mútua de inserção do domínio

de língua estrangeira para o mundo acadêmico e suas políticas educacionais. Para os discentes e os docentes, essa é a porta de abertura para desenvolverem trabalhos científicos, bem como nos acordos de cooperação e seus intercâmbios. No tocante aos servidores inseridos nas universidades vale a importância do conhecimento de um segundo idioma para a execução mais célere das suas atividades laborais (FINARDI, 2016).

O movimento de globalização tem proporcionado não só um aumento na interação econômica e cultural entre os países, mas também uma crescente corrida pela internacionalização do ensino, sobretudo do ensino superior, o que tem determinado o envolvimento de governos e instituições no investimento do ensino de línguas estrangeiras. Há um conjunto de atores responsável nesse processo, em que “professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Nos dias atuais e diante do crescente e constante processo de globalização e internacionalização, resta evidenciado que o conhecimento de uma segunda língua é uma exigência dominante no mercado mundial (JORDÃO, 2004). O espanhol vem crescendo no contexto global como escolha de um segundo idioma e é uma das línguas oficiais dos organismos internacionais, porém a prevalência pelo inglês sobressai por ser a língua mais falada e a primeira opção na escolha pelo idioma secundário.

O autor sustenta que a língua inglesa é o idioma da globalização, ressaltando a importância do idioma quando cita que nas universidades mais conceituadas, faz-se necessário que as produções literárias sejam em inglês para terem maior visibilidade e aceitação no mundo acadêmico. O mesmo autor salienta que “o uso da língua inglesa como língua internacional em um espaço imaginário de aceitação, de igualdade de acesso à informação e à cidadania” (JORDÃO, 2004, p. 4).

Segundo Phillipson (2009, p. 5), “[...] no processo de Bolonha internacionalizar significa ter uma educação superior na qual o inglês é o meio de instrução”. O autor ressalta que ainda que muitos países falando línguas diferentes no continente europeu, foi preciso escolher um idioma que interagisse todos os países da Europa para um estudo único, bem como se comunicasse com outros países para tornar-se mais competitiva.

Percebe-se a crescente escolha do inglês pela influência dos países como Inglaterra, EUA, Austrália e outros que levaram a optar pelo inglês para a comunicação no contexto global. idioma predominante o idioma dominante, também pela vantagem dos países, fazerem a

promoção do Inglês, como comunicação mais imediata na técnica, ponto dominante da globalização (JORDÃO, 2004).

É importante destacar que a educação tem um papel fundamental para abertura de horizontes no contexto da globalização e que por meio da educação pelas línguas pode promover aos estudantes e professores possibilidades diferentes de percepção e interpretação do mundo, uma língua estrangeira permite que nossas leituras de mundo sejam alteradas, que nossos procedimentos interpretativos se modifiquem no confronto discursivo com a alteridade, e que assim construamos novos entendimentos e novas atitudes, sob novas perspectivas no contexto da interação entre países (JORDÃO, 2004).

2. INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

2.1. A internacionalização nas Universidades no contexto global

Com advento da globalização, o conhecimento tornou-se ingrediente essencial para o desenvolvimento dos países, sendo as universidades peça essencial na dinâmica e cooperação entre as nações. Nem sempre foi assim, antes de todo esse processo de globalização já havia uma internacionalização das elites.

No início do século XX, diversos países, realizavam uma espécie de internacionalização passiva, pois enviavam representantes da sua elite dominante para países considerados superiores na formação acadêmica (Inglaterra, Alemanha, França, Espanha, EUA). A educação superior era considerada como privilégio de uma minoria, chegando o pensamento burguês de que “a Universidade não é para todos”, destinadas à formação das lideranças e dos ocupantes dos cargos estratégicos (ROMÃO, 2013).

O acesso ao conhecimento universitário à elite brasileira precede a globalização. Saviani (2011) ressalta que os estudos, surgem no contexto das sociedades de classes, como privilégio das elites. Nessa visão, o fenômeno da supervalorização de culturas internacionais, especialmente de países desenvolvidos, trouxe uma demanda por uma dimensão internacional na formação dos filhos da classe dominante, em que as principais rotas eram Europa e EUA, por proporcionar a melhor qualidade de ensino.

Exemplo disso foram as universidades inglesas de Oxford e Cambridge – instituições eclesiásticas – que se destinavam a receber e educar rapazes da nobreza e filhos de pessoas de alta posição social (RIBEIRO, 1991). Essa mobilidade era de mão única, e criou proporção maior a partir do final da Segunda Guerra mundial, um aumento da circulação de estudantes universitários pelo exterior; movimento que atingiu um novo patamar a partir dos anos de 1990 (NAIDOO, 2006).

A partir de 1990, a educação superior teve que se reinventar, adaptando-se a uma nova realidade voltada para as necessidades de uma comunidade mundial. Logo, as novas exigências de produção, de comercialização e de tecnologias impulsionaram mudanças significativas no ensino superior para o atendimento desses interesses globais (KNIGHT, 2004), sem perder a sua essência e ser um espaço de formar pessoas crítica. A partir da década de 1990, com o processo de globalização, a internacionalização da educação superior vem se fortificando no contexto global (MOROSINI, 2018). A autora ainda acrescenta que

[...] a sociedade globalizada, o conhecimento tornou-se um poderoso ingrediente para o desenvolvimento sustentável dos países e, num contexto de transformações, mediante os pilares da sociedade do conhecimento, as universidades têm investido em processos de internacionalização, ultrapassando suas fronteiras, tornando-se peça-chave na dinâmica de cooperação e produção entre as nações e seus respectivos mercados. (MOROSINI, 2018, p. 98)

Corroborando, Luce, Fagundes e González (2016, p. 320) conceituam a internacionalização como “o conjunto de políticas e práticas desenvolvidas pelos sistemas acadêmicos, pelas instituições e pelos indivíduos para fazer frente ao ambiente acadêmico global”. Reforçam que o ensino superior possui uma responsabilidade de impulsionar os sistemas e as instituições de educação a atender às necessidades de novos conhecimentos exigidas pelo mundo globalizado como serviço, preservando o seu principal de formação do conhecimento e transformação das pessoas. De Wit defende que a internacionalização é fundamental para o desenvolvimento de um país:

[...] ser equivocado tratar a internacionalização como um fim em si mesmo, pois ela configura, na verdade, um meio de promover uma integração mais abrangente nos aspectos acadêmico e de conhecimento e inovação, mas principalmente no aprofundamento do intercâmbio linguístico e cultural (DE WIT, 2013, p. 6).

Para Knight (2004, p. 11), conceitua-se a internacionalização como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária” Para autora a internacionalização universitária é:

[...] uma série de atividades, tais como: a mobilidade acadêmica de estudantes e de professores, redes internacionais, associações e projetos, novos programas acadêmicos e iniciativas de investigação. Para outros, significa a transmissão da educação a outros países através das novas disposições, como sucursais ou franquias de universidades, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e o processo de ensino-aprendizagem. E, outros, concebem a internacionalização como centros regionais de educação, hot spots, redes de conhecimento. Os projetos de desenvolvimento internacionais são percebidos tradicionalmente como parte da internacionalização e, mais recentemente, o aumento na ênfase no comércio da educação superior também está sendo visto como internacionalização. (KNIGHT, 2010, p. 1)

A internacionalização trouxe para as universidades uma necessidade de reestruturação de suas políticas educativas e ações mais expressivas. Precisa-se ter estratégias mais inovadoras no intuito de terem um sistema educativo para a inserção no mundo globalizado, principalmente para os países subdesenvolvidos, esse processo é fundamental para manter sua soberania como

Estado (LUCE e DE GONZÁLES 2016). A propósito, Knight (2010, p. 1) apresenta um resumo das diferentes interpretações sobre a internacionalização:

[...] para alguns, significa uma série de atividades, tais como: a mobilidade acadêmica de estudantes e de professores, redes internacionais, associações e projetos, novos programas acadêmicos e iniciativas de investigação. Para outros, significa a transmissão da educação a outros países através das novas disposições, como sucursais ou franquias de universidades, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e o processo de ensino-aprendizagem. E, outros, concebem a internacionalização como centros regionais de educação, hot spots, redes de conhecimento. Os projetos de desenvolvimento internacionais são percebidos tradicionalmente como parte da internacionalização e, mais recentemente, o aumento na ênfase no comércio da educação superior também está sendo visto como internacionalização (KNIGHT, 2010, p. 1).

Há um conjunto de fatores e de processos que envolvem a internacionalização nas universidades: como trabalhos conjuntos, intercâmbio, parcerias com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs). Assim, o processo nas universidades tenta percorrer o caminho “do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão” (LAUS, 2012, p. 28).

Diante desse contexto, as mudanças sofridas ao longo de décadas nas universidades tiveram grandes influenciadores para o processo de internacionalização, destaca Castioni e De Melo (2020) que a

[...] Conferência Mundial sobre a Educação Superior em 1998 (Calderón, Pedro & Vargas, 2011) e o próprio Processo de Bolonha, que teve suas raízes históricas ainda no século XX, com as discussões sobre a necessidade da criação de um Espaço Europeu de Educação Superior (Antunes, 2008), se juntaram às necessidades diversas dos países no sentido de buscar tal qualidade. O aumento das possibilidades de geração de novos conhecimentos com a evolução das novas tecnologias relacionadas às ciências da computação e a forma como se deu a sua disseminação, ampliou as capacidades globais de comunicação, permitindo também a criação de novas formas de comparação entre as iniciativas de melhoria da qualidade da educação superior em todo o mundo. (CASTIONI; MELO, 2020, p. 8).

A integração entre os países em relação ao ensino superior contribui para o desenvolvimento e aumento de sistemas educacionais integrados e para o aprimoramento do conhecimento e para a difusão do ensino de forma eficiente e democrática. As experiências de intercâmbio com instituições de ensino estrangeiras também permitem a realização de acordos e projetos com parceiros internacionais (VIEIRA, 2007).

Na mesma visão, a internacionalização é apresentada como trocas internacionais relacionadas à educação e à globalização como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização. Para Dias há várias formas de realizar a internacionalização:

[...] presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria para universidades estrangeiras e outras instituições; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e o grau de imersão internacional no currículo, entre outros. (DIAS, 200, p. 165)

Na Conferência Mundial de Ensino Superior realizada pela Unesco em 1998, evidenciou-se a importância atribuída ao conhecimento e à valorização do capital intelectual dos indivíduos no processo de internacionalização desse nível de ensino. Há um entendimento da Unesco de que as ações tem que ter uma concepção mais progressista de justiça e equidade social, desse modo, a internacionalização esperada é de cooperação entre os países para fomentar o bem estar social e fortalecer as capacidades nacionais, bem como o direcionamento da criação das melhores estratégias, no intuito de levar aos estudantes universitários e profissionais a sinergia e interação numa sociedade cada vez mais internacionalizada, de modo a viabilizar o enfrentamento dos desafios impostos aos países no contexto da economia globalizada.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998), em seu Artigo 15, traz expressamente esse ponto como princípio a ser observado:

- a) O princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor de questões globais (...) O domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior.
- b) Os princípios de cooperação internacional com base na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuo, na autêntica parceria que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo, e a importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional devem guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e devem beneficiar particularmente os países menos desenvolvidos (UNESCO, 1998. Art. 15)

A Organização Mundial de Comércio (OMC) apresenta uma visão de internacionalização do ensino superior como um serviço, perspectiva a qual tem prevalecido no âmbito do processo, apesar dos discursos de justiça social presentes nos documentos da Unesco. Esse embate aponta a complexidade da internacionalização enquanto política pública. Ao

realizar algumas reflexões sobre a formação de um espaço regional internacionalizado, Azevedo (2013) apresenta a seguinte formulação sobre o significado da internacionalização acadêmica:

Não se trata de um simples mecanismo de permeabilização de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo social de produção científica mundializado, em que diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou, opostamente, a competir) em suas áreas de atuação e em seus espaços de influência (AZEVEDO,2013, p. 186)

A internacionalização do ensino superior deveria, portanto, ser formalizada nos planos de estudos e nas agendas de governo como forma de contribuir para justiça e equidade social entre os países, na medida em que as instituições de educação superior têm a obrigação de contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da sociedade (AZEVEDO, 2009). O termo internacionalização tem como objetivo, ampliar e adquirir conhecimento. Evidenciando que “a internacionalização do ensino superior pode ser um caminho para o desenvolvimento social com justiça e bem-estar” (BOAVENTURA E NAOMAR, 2008, p. 110).

Entende-se que o continente europeu foi o precursor para a internacionalização das universidades. A proximidade geográfica entre os países europeus propiciou a propagação de novos conhecimentos, experiências e prestígios perante a comunidade, culminando na criação do Processo de Bolonha (MOROSINI, 2006).

2.2. A Importância do Processo de Bolonha na Internacionalização da Educação Superior

O processo de internacionalização nas universidades não é um fenômeno inédito na história da educação. Já, em 1945, a Europa, diante da reconstrução dos países destruídos economicamente pela Segunda Guerra Mundial, viu-se com necessidade de criar um modelo de educação único que atendesse aos países europeus, bem como fosse atrativo para os demais estudantes estrangeiros. Seu foco era ofertar ensino prático e colaborativo para a difusão do conhecimento, com bases em acordos culturais e científicos, mobilidade estudantil e bolsas de capacitação (WIT, 2008).

Vale acrescentar ainda que toda essa mudança curricular para revitalização das universidades europeias teve um interesse econômico, uma vez que os países estavam economicamente desestruturados e a forma de atrair mais estudantes pagantes de taxas era criar um ensino atrativo. Isso contribuiu para uma maior arrecadação para os países europeus, bem

como para o aumento de pessoal qualificado advindos de outros continentes, em consequência, permitindo a reestruturação da economia europeia em vários fatores (DIAS, 2009)

Além do objetivo econômico, o Processo de Bolonha tinha também como foco a revitalização da educação superior, como afirma Dias:

O fenômeno mais expressivo que hoje ocorre na Europa e talvez mesmo no mundo todo, em termos de educação superior, é, em verdade, o que consiste no processo decorrente da “Declaração de Bolonha”. Note-se que os países europeus, com foco na sua inserção nesse processo de internacionalização, empreenderam uma iniciativa pioneira no sentido de criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior (DIAS, 2007, p. 110).

Com o avanço desse processo, os ministros de Educação da França, Alemanha, Itália e Reino Unido, reunidos no ano de 1998, em Paris, com objetivo unificar e difundir democraticamente o conhecimento, assinaram a “Declaração de Sorbonne”, momento em que já articulavam a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) (SORBONNE, 1998, não paginado). Em 1999, a “Declaração de Bolonha” foi validada por 29 ministros de educação europeus (45 estados europeus, em 2010, já haviam subscrito esse documento), visando à constituição, até 2010, do Espaço Europeu de Ensino Superior - EEES.

A Declaração de Bolonha tinha como principal foco firmar um Espaço Europeu de Ensino Superior coeso, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países de outras regiões do mundo (Bologna Declaration, 1999). De acordo com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior de Portugal, (2004).

O Processo de Bolonha representa um desafio tão importante como os que estão definidos na Estratégia de Lisboa e que visam para a Europa os perfis próprios de um espaço econômico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. (Ministério da Ciência e do Ensino Superior de Portugal, 2004).

A fundamentação do Processo de Bolonha firmou-se como coadjuvante das estratégias colocadas em execução pela União Europeia no que diz respeito à educação superior. Buscava-se, com esse novo processo formativo, os efeitos de reconhecimento internacional e de mobilidade, de transparência da melhoria efetiva da qualidade da capacitação dos egressos do ensino superior. Ademais, tinha por finalidade aumentar a produtividade e a atratividade dos países europeus no campo educacional, associando práticas de aprendizagem contínua e a superação de entraves burocráticos.

Importa destacar, o Processo de Bolonha modificou a “estrutura acadêmica curricular, que passou a ser dividida em três ciclos: o primeiro, geral, com três anos de duração, seguido de uma formação profissional de até três anos e um doutorado para aqueles que quiserem dedicar-se à pesquisa” (BASTOS, 2007). A autora afirma ainda que a introdução de ciclos, sendo o primeiro ciclo – formação superior graduada – é voltado para o mercado por ser mais flexível, diminuindo com isso o custo da mão de obra, aumentando, assim, a competitividade europeia no mercado mundial.

O Processo de Bolonha reflete uma forma inovadora de constituir políticas públicas educacionais, em que os governos definem os compromissos em fóruns supranacionais, ratificados pelas instituições nacionais, que, em caráter voluntário, dão adesão legítima à processos institucionalizados. Dias corrobora:

Se a Declaração de Bolonha declara o objetivo de enriquecer e consolidar a cidadania europeia, em seu duplo aspecto de dotar os cidadãos competências e de consciência de pertencimento a uma mesma comunidade de valores, a um espaço cultural e social comum, também enfatiza a necessidade de aumentar a competitividade, sobretudo, fazer com que a educação superior europeia alcance graus mais elevados de interesse mundial. Uma das maneiras de atrair mais matrículas estrangeiras é conciliar no sistema as ideias de comparabilidade e compatibilidade com as de flexibilidade e diversidade institucional. (DIAS SOBRINHO, 2007, p. 113-114)

As reflexões e avaliações em torno dos processos realizado na Europa com a intenção de expandir e dar maior qualidade à educação em nível superior tem colocado como prioridade o caráter econômico dessas iniciativas. A reforma provocada pelo Processo de Bolonha busca também estimular a internacionalização das instituições de ensino e pesquisa do velho continente para além das fronteiras europeias, estendendo e aprofundando as relações de suas universidades com as instituições e sistemas latino-americanos (DIAS SOBRINHO, 2009).

Leite e Genro (2012) descrevem que acordos como a Resolução de Bologna promovem ações globais e internacionais na construção da Educação Superior no Século XXI. O Processo de Bolonha impulsionou a internacionalização não só no continente europeu, bem como nos outros continentes. Destaca o papel importante das universidades em formar estudantes nesse processo no progresso da sociedade no contexto da globalização. Knight afirma que:

[...] a internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes por meio de melhorias no ensino e na aprendizagem, através da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais. (KNIGHT, 2010, p. 2).

Desse modo, é possível observar que toda essa mudança curricular nas universidades europeias teve como principal objetivo o caráter econômico, uma vez que os países estavam economicamente desestruturados e a forma de atrair mais estudantes pagantes de taxas era criar um ensino atrativo e dessa forma contribuir para maior arrecadação para os países europeus, bem como o aumento de pessoal qualificado advindos de outros continentes agregando na reestruturação da economia europeia em vários fatores (DIAS, 2009).

2.3. A Internacionalização das Universidades na América Latina - Mercosul Educativo e os Acordos de Cooperação

A escola na América Latina surgiu como um subproduto da política de colonização europeia nas Américas no século XV. No começo do século XIX, o continente consumou sua independência política. Do ponto de vista educacional, na sua área de dominação, a coroa espanhola implementou, mais cedo, o ensino superior. Luís Antônio Cunha (1986), ao estudar essa questão, evidencia que nas colônias espanholas da América, a universidade não foi uma instituição estranha.

No século XVI, segundo Luiz Antônio Cunha (1986, p. 11), a coroa espanhola autorizou, em São Domingos (1538), a instalação da primeira universidade, através dos dominicanos. A esta, seguiram-se a universidade do México, a de São Marco, no Peru, a de São Felipe, no Chile, e a de Córdoba, na Argentina. No século XIX, ao tempo da nossa independência, havia 26 ou 27 universidades na América Espanhola. No Brasil, nenhuma.

A universidade brasileira, portanto, é uma realidade tardia. A Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade de São Paulo surgiram a partir de uma estrutura já decadente no Velho Mundo. O que antecedeu à introdução da universidade na vida brasileira foi um modelo considerado mais digno pelas oligarquias nacionais, por isso a prioridade era encaminhar a juventude às universidades europeias, privilégio restrito aos filhos da elite ou da nobreza transplantada.

O contexto da internacionalização na América Latina tem uma trajetória tardia e impositiva, devido à expansão do capital na forma mundializada (FRANCO, 1994). Com o advento da globalização, que reforça a importância do capital, e, neste processo, a internacionalização vem acompanhada do alargamento das desigualdades sociais em nome dos interesses mercantis impostos pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos por meios de organismos internacionais como o FMI, OMC, BIRD (REIS, 2001).

Os países da América Latina encontram-se no processo de internacionalização de forma periférica, pela desvantagem competitiva tecnológica e a pouca tradição de integração. A internacionalização passiva, portanto, prevalece nesta região na crescente dependência externa, estando nos níveis mais baixos do sistema internacional, uma vez que possuem uma estrutura produtiva arcaica, crescendo sua vulnerabilidade devido à perda da capacidade de autodeterminação como Estado (REIS, 2001). A América Latina se encontra situada nos níveis mais baixos do sistema internacional (LAREDO, 1994). A internacionalização trouxe para países subdesenvolvidos pressão de cunho mercantil, bem como nas suas universidades públicas, em que elas se encontram pressionadas pelo mercado internacional a atender um maior número de alunos e a produzir e desenvolver aplicações tecnológicas sem os recursos adequados e suficientes, levando-as ao dilema: submeter-se à ética do mercado de uma hegemonia do capital ou contrapor-se a ela, resguardando seus valores como instituição. (CHERMANN, 1999).

Diante desse contexto e para tentar diminuir essa fragilidade e aumentar a competitividade internacional no intuito de fortalecer os interesses locais em detrimento a ação global, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (membros plenos) resolveram se juntar em blocos, como aconteceu em outros continentes: União Europeia (UE) e o Tratado de Livre Comércio de América do Norte (Nafta). Foi criado, então, o movimento regional o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que foi estabelecido pelo Tratado de Assunção, em 1991, surgido com o propósito de realizar a integração acelerada das economias nacionais da região (NEVES e MOROSINI, 1995).

O Mercosul conta, além dos membros plenos, com a participação de outros países como: Chile, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname, em processo de adesão Peru e Bolívia (DO SUL, 2005, p. 125). Este é um movimento integracionista latino-americano, de inserção internacional desde uma base territorial regional como projeto de integração econômica, mais especificamente comercial, abre caminho também para a integração de outros setores, como o cultural e o educacional, em especial o campo das universidades (NEVES, 1994).

Pensando na educação superior de qualidade e a cooperação entre os países latinos, criou-se o Mercosul Educativo, que consiste em ações governamentais para o fomento da cooperação educacional, decorrentes de um protocolo de intenções assinado em 1991, pelos ministros de Educação desses países participantes e aprovado pelo Conselho do Mercado Comum, em 1992. Mesmo que ainda incipientes, foram criadas políticas governamentais e

universitárias de integração – por meio, principalmente, do intercâmbio acadêmico de professores e alunos das universidades da região (MOROSINI e LEITE, 1992).

O Mercosul Educativo tem como principais protagonistas o Brasil e a Argentina, em que esses países se veem no desmonte do sistema universitário e o estabelecimento de políticas antidemocráticas, com reformas tendenciosas a seguir as diretrizes do Banco Mundial apoiado em governos extremamente fortalecido que silencia os setores sociais organizados, a partir da construção de uma estrutura de poder verticalista. A realidade é que estas políticas vêm submetendo as universidades a racionalidade instrumental do capitalismo e, desta forma, todas as barreiras que impossibilitam sua maximização estão sendo eliminadas ou subsumidas á lógica mercantil. Nessa ótica há uma certa dificuldade de implementar políticas de cooperação entre os países pertencentes ao Mercosul (REIS, 2001). A baixa qualidade no ensino superior nos países pertencentes também dificulta essa integração, bem como a implementação de políticas de cooperação que estão vinculadas principalmente ao escasso desenvolvimento do ensino superior e a sua política internacional (MOROSINI, 1994).

Exemplo disso foi o PROSUL – Programa Latino-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciências e Tecnologia –, que começou em 2001, que objetivava apoiar atividades de cooperação em Ciência e Tecnologia e Inovação entre grupos brasileiros e dos demais países sul-americanos. O intuito era o de gerar e apropriar conhecimento e a capacidade tecnológicas dos países, por sua relevância estratégica e na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Estava prevista, no início do Programa, a criação de um fundo latino-americano de ciência e tecnologia de pesquisa, mas isso não se concretizou (REIS, 2001).

Diante de todas as dificuldades apresentadas sobre a internacionalização na América Latina, o Brasil, como o elo dos países participantes do Mercosul, parece estar buscando construir um processo inédito de relações institucionais bilaterais e multilaterais com os países vizinhos com objetivo explícito de construir redes e consórcios regionais de instituições de educação superior ancorada na universidade brasileira. Acrescenta-se ainda que as ações desenvolvidas, a passos lentos, estão longe de serem eficazes para um processo dinâmico e atrativo (MOROSINI, 1994).

A internacionalização mais expressiva que ocorreu foi nas universidades da América Latina como constatado pelo INEP.

“[...] a cooperação entre os países, em matéria de educação, ciência, tecnologia e cultura, tem ocorrido predominantemente no ensino superior de graduação e pós-graduação. As Universidades, sobretudo, são as instituições que mais têm se beneficiado da cooperação internacional” (INEP, 1995, p. 10).

Os acordos bilaterais, multilaterais e de rede, existentes como a Associação das Universidades do Grupo Montevideu (ALGUM), que impulsiona a integração acadêmica através da cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural, desde 1994. Contudo, não tão competitiva e atraente como os países desenvolvidos devido à baixa qualidade do ensino superior e poucos cursos ofertados de pós-graduação. Como relata Dias,

Para sair dessa armadilha que produz a exclusão, os países latino-americanos precisam fazer investimentos massivos na educação de qualidade, de todos os níveis, criando políticas voltadas à ampliação e à melhoria das relações de seus cidadãos com o conhecimento, como produtores e beneficiários. Portanto, as transformações da educação superior devem dar-se tanto nas instituições quanto no sistema, mas sempre dependem de fortes investimentos (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 170).

2.4. A Internacionalização nas Universidades Federais Brasileiras

Historicamente, a internacionalização da educação superior, no Brasil, vem sendo conduzida como uma maneira de melhorar o ensino, e este, como um transmissor de conhecimento novo (ciência, tecnologia e inovação), mas, também, de valores e de cidadania. Desse modo, mesmo tardia, a internacionalização nas universidades federais brasileiras se faz necessária para o desenvolvimento do país no mundo globalizado, em razão da necessidade de adequação do ensino superior sobre seus pilares: ensino, pesquisa e extensão.

Essa organização proporcionaria um modelo de educação superior compatível com o contexto nacional, com o modelo norte-americano e com o modelo unificado europeu (Processo de Bolonha) sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária.

O processo de internacionalização da educação superior brasileira tornou-se mais difundido a partir da década de 90, quando a Capes (órgão do MEC responsável pelas avaliações da Pós-Graduação), de forma abrangente, expôs a necessidade de estipular padrões internacionais para a avaliação de atividades voltadas para o ensino e a pesquisa desenvolvidos no âmbito das instituições públicas, como destaca Laus,

[...] a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e das pesquisas dela decorrentes desenvolvidas pelas Instituições Públicas. Tais requerimentos, não obstante a ebulição causada no meio acadêmico, que se mobiliza na discussão e proposição de ações de aperfeiçoamento do modelo, de maneira a não deixar que uma homogeneização de critérios viesse a prejudicar algumas áreas com características específicas de explicitação de sua

produção e qualidade científica “de caráter internacional”, vão ser os balizadores das mudanças no sentido da corrida para a internacionalização no meio acadêmico brasileiro, principalmente dentro das universidades públicas (LAUS, 2005, p. 68).

Nesse mesmo sentido, Rodríguez; Brito; Paiva (2019, p. 28) diz que é uma questão discutida em distintos momentos da história da educação superior, foi somente entre os anos 1990 e 2000 que se percebem iniciativas mais claras na direção de tornar a internacionalização uma ação constante e complementar ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nas últimas décadas houve um aumento da importância da internacionalização nas Universidades Federais. De acordo com Chaves (2016), ficou caracterizada, na Conferência Mundial de Ensino Superior realizada pela Unesco em 1998, a importância atribuída ao conhecimento e à valorização do capital intelectual dos indivíduos.

Com objetivo de interação de uma sociedade mais internacional, buscou-se despertar nos estudantes e universidades competências acadêmicas e profissionais, interagindo para o enfrentamento dos desafios impostos aos países no contexto da globalização. Segundo Morosini (2006, p. 112):

As características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais. O Estado avaliativo adquire a conotação de avaliação em todos os aspectos da realidade educacional e em todos os níveis do sistema. Entretanto, é no sistema de ensino superior que se verifica o maior impacto. Isto porque a globalização considera como um dos principais valores o conhecimento e, neste, o advindo de patamares superiores, onde a busca de educação e certificação continuada se faz presente.

Para a adequação aos padrões internacionais, as universidades brasileiras passaram a assumir uma nova postura e, mesmo diante das dificuldades relacionadas a sua restrição orçamentária, possuem a responsabilidade de fazerem investimentos para se manterem competitivas (DIAS SOBRINHO, 2005). A necessidade de adaptação exige novos conhecimentos técnicos e habilidades para desenvolver atividades laborativas dentro do ambiente organizacional internacional; do outro, a dificuldade de obtenção de pessoal qualificado para atender às demandas (MOROSONI, 2008, p. 227).

A importância da internacionalização nas universidades, pode ser conceituada como um processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, função ou na oferta de educação superior (KNIGHT, 2010). Na mesma linha de pensamento, é importante preparar cidadãos do futuro e globalizados, para que se requer processos internacionalizados, multiplicidades de cultura e de valores e respeito, bem como estudos diretos (CAVALCANTE, 2012).

A internacionalização não ocorre de maneira uniforme e igualitária em todos os contextos. Há dois tipos de internacionalização: ativa e passiva. A internacionalização ativa se dá quando as políticas contextuais apoiam à mobilidade tipo *in*, ou seja, há uma política de internacionalização, em que recepciona os acadêmicos com serviços educacionais no exterior como exportação e instalação de campus em outros países. Já a internacionalização passiva, mobilidade tipo *out*, não há políticas claras de internacionalização, uma vez que não há recursos materiais e humanos para recepcionar os acadêmicos, nem tampouco serviços educativos (LIMA e MARANHÃO, 2009).

O Brasil está caminhando em busca dessa mobilidade *in*, mas esse processo está bem distante, uma vez que faltam estratégias e recursos para o atingimento dessa realidade. As estratégias organizacionais e programáticas são consideradas como suportes fundamentais para o processo de internacionalização. Portanto, a ausência destas estratégias, ou pelo menos a ausência de parte delas poderia caracterizar-se como uma forma de obstáculo ao processo de internacionalização das IES em geral (KNIGHT, 2004)

Pensando na expansão do processo de internacionalização e em diminuir os entraves que norteiam a nossa realidade, foram criadas várias estratégias para esse avanço, entre elas, destaca-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Programa Ciência Sem Fronteiras – CsF.

A CAPES é uma fundação pública criada pela Lei nº 8.405/92, com a finalidade de promover a qualificação e aperfeiçoamento de pessoal especializado no ensino superior. A CAPES nasceu com um objetivo de permitir o desenvolvimento competitivo das universidades:

Capes origina-se na formação de uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior presidida pelo ministro da Educação, Simões Filho; durante 12 anos, foi coordenada por Anísio Teixeira até que, em 1963, este assumiu a Reitoria da UnB. Foi criada num momento em que persistia a tendência a um modelo de ensino superior baseado em escolas profissionais que abrigavam cerca de 50 mil alunos, nas quais a pós-graduação *stricto sensu* era praticamente inexistente. Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes, para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento. Para isso, entre outros aspectos, a Capes assumia as tarefas de promover o estudo das necessidades do país; mobilizar os recursos existentes para o oferecimento de oportunidades de treinamento para suprir as deficiências identificadas; promover o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas por programas de assistência técnica da ONU e por acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro, e promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados. para a formulação e execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país (MARTINS, 2003, p. 309).

Acrescenta-se ainda que a criação da CAPES contribuiu de maneira significativa para o processo de internacionalização das universidades brasileiras em razão do seu programa de mobilidade internacional e porque “passou a financiar, ainda, programas de mobilidade internacional que visam a qualificação de graduandos e a internacionalização de seus cursos em suas universidades de origem” (GROCHOCKI, 2016, p. 7). O programa tem como base, principalmente, o financiamento de parcerias universitárias na área de pós-graduação.

Já o Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), é uma política pública de fomento à mobilidade acadêmica internacional lançada pelo governo federal no final de 2011. Representou um marco na visibilidade internacional da educação brasileira e no movimento de internacionalização da educação superior (LIMA, 2002). O Programa foi criado por meio do Decreto n. 7.642, com os seguintes objetivos de:

- I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;
- II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;
- III - criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;
- IV - promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;
- V - promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;
- VI - contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;
- VII - propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;
- VIII - contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras; e
- IX - estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação (BRASIL, 2011).

Durante o período da política pública do CsF, a discussão era interação de conhecimentos, mas também de cunho econômica, uma vez que o foco do programa são as áreas do conhecimento como as Tecnologias de Informação, as Ciências relacionadas à Saúde, Extrativismo Mineral, Energias Renováveis, Biotecnologia e Pesquisa de Materiais (BRASIL, 2011). O Poder Executivo entende serem incentivadoras de desenvolvimento econômico, como “a inovação tecnológica estimula o desenvolvimento econômico e social e auxilia o aumento da qualidade de vida da população como um todo” (SENADO, 2015, p. 7).

Coordenado pelas agências de fomento CNPq e CAPES e com a chancela dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), o programa previa a implementação de até 101 mil bolsas de estudo nas modalidades graduação e pós-graduação para intercâmbio e mobilidade no exterior em áreas prioritárias para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. Borges e Filice (2016, p. 73) destacam a importância do Programa Ciência sem Fronteiras para a educação superior no Brasil, no intuito de ampliar a participação em projetos de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidos nos melhores centros de referência do mundo.

Desde a primeira década do século XXI, em sua mais recente onda de internacionalização da educação superior, o Brasil busca ampliar a participação em projetos de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidos nos melhores centros de referência do mundo. Entre as novas políticas nessa direção, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) configura-se no melhor exemplo ao eleger áreas de conhecimento consideradas estratégicas para maior inserção e competitividade do setor produtivo do país no mercado global. (BORGES e FILICE, 2016, p.73)

Como uma consequência lógica, o conhecimento de uma língua estrangeira era um elemento constitutivo dos princípios institucionais do programa. Observa-se que o Ciência Sem Fronteira representa a primeira ação de mobilidade acadêmica internacional de grande escala promovida no Brasil, oferecendo possibilidades reais de impulsionar o processo de institucionalização da internacionalização da educação superior no Brasil.

A criação de *networking* entre as instituições, a partir da experiência de grande escala que foi o CsF, promoveu parcerias para pesquisa conjunta, bem como favoreceu o intercâmbio de professores, discentes. Todas essas iniciativas criam conexões sólidas, que auxiliam na implementação da política externa brasileira. Para Candéas,

[...] o prestígio externo da agenda educacional do Brasil abre amplas possibilidades de cooperação e intercâmbio, que são cada vez mais demandados por nossos parceiros. A educação é uma das áreas nas quais políticas públicas nacionais podem se projetar mundialmente, levando soluções brasileiras a problemas enfrentados por diversos países, sobretudo os mais pobres. (CANDEAS, 2011, p. 181).

Com o fim do programa devido aos constantes cortes de verbas destinados à educação, tendo um efeito negativo como a redução significativa dos números de alunos de graduação que fazem intercâmbio em universidade em outros países, podendo agregar valores ao desenvolvimento nacional. Essa falta de investimentos impacta os esforços em pesquisa e desenvolvimento para a inovação do país (CANDEAS, 2011).

O Programa Ciência Sem Fronteiras ofereceu expectativas favoráveis para o desenvolvimento no médio e no longo prazo. Foram adotados parâmetro de avaliação que podem ser utilizados pelas Instituições de Ensino Superior - IES tais como: mobilidade acadêmica/intercâmbio; presença de alunos estrangeiros na IES; oferta de língua estrangeira, dentre outros fatores. Apesar de o programa CsF ter sido uma ferramenta adequada para permitir a inserção das universidades no mundo globalizado, teve como principal empecilho a baixa qualidade dos estudantes no conhecimento de uma segunda língua, no caso, a língua inglesa (BORGES e FILICE, 2016).

Como já mencionado, há um conjunto de atores responsável pelo processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais nesse crescente e constante processo de internacionalização. A barreira linguística é um empecilho a ser superado e acrescenta que para desenvolver a mobilidade do tipo *in se* faz necessário políticas mais expressivas e melhor adequação ao suporte aos acadêmicos, bem como a todos envolvidos no processo de internacionalização nas universidades brasileira, em especial seu corpo técnico (FINARDI, 2015).

Nesse aspecto, restou consignado que o conhecimento de uma segunda língua é uma exigência dominante no mercado internacional, seja o espanhol para estreitar os laços com países vizinhos e valorizar a América Latina no contexto da internacionalização, seja no inglês para um contexto mais global.

2.5. Programas Federais Brasileiros de Línguas voltadas para as Universidades

No intuito de melhorar a comunicação das universidades federais no mundo cada vez mais globalizado, o Governo Federal criou uma política de capacitação em língua estrangeira aos estudantes e servidores que atuam no ensino superior. Assim, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior, em 2012, deu início ao que hoje é conhecido como Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), a fim de suprir uma deficiência no conhecimento e domínio de uma língua estrangeira.

Em 2016, pela Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, o MEC adotou o programa como uma política de desenvolvimento, com a finalidade específica voltada para capacitar os profissionais das universidades federais, permitiu, com isso, aos interessados aperfeiçoarem seus conhecimentos em línguas, ofertando os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e japonês.

O IsF é revertido para a internacionalização da educação superior. Está sob a competência da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito da Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior (CGAI/DIFES/SESU/MEC). De acordo com o site do Ministério da Educação, o IsF tem como principal objetivo:

[...] promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do ensino superior brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras.

Capacitamos em sua formação em língua estrangeira: estudantes, professores e técnicos-administrativos de instituições de ensino superior credenciadas. (<http://isf.mec.gov.br/programa-isf/historico>).

O Programa Idioma sem Fronteiras busca atender as demandas criadas pelo processo contínuo da internacionalização das universidades federais e a necessidade de capacitação linguística dos seus atores institucionais (professores, alunos e técnicos administrativos), contribuindo para o desenvolvimento e qualidade nas atividades finalísticas das instituições de ensino superior federais.

Como já mencionado, o programa é voltado para atender estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior. Nesse contexto, percebe-se a preocupação de capacitar o corpo técnico. Isso reflete a temática aqui estudada, uma vez que é preciso qualificar a universidade como um todo para atender às exigências da internacionalização.

A ação desenvolvida pelo Governo Federal abriu precedente para as universidades brasileiras desenvolverem suas políticas de capacitação linguística interna, a fim de atender às exigências para uma adequada internacionalização nos programas de aprendizado de uma segunda língua. Nesse ponto, pode-se citar a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que por meio da sua Pró-reitoria de Pós-Graduação (PRPG), lançou projeto de capacitação em línguas estrangeiras, para estudantes de cursos de pós-graduação:

A iniciativa, no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na UFPB [...] serão ofertados minicursos da disciplina de Metodologia da Pesquisa nas línguas inglesa, espanhola e francesa, com 30 horas/aula e 2 créditos, na modalidade a distância, por meio da plataforma Moodle Class. Esses minicursos são destinados a docentes, discentes e técnico-administrativos da UFPB vinculados a programas de pós-graduação da instituição. Os participantes deverão apresentar produto final no III Seminário Internacional do PrInt, [...].

Além disso, para este Eixo 1, será oferecido também treinamento, com aplicação de simulado, para a realização do TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*), exame que tem o objetivo de avaliar o potencial individual de falar e entender o inglês em nível acadêmico.

Do mesmo modo, será disponibilizado aprimoramento personalizado de competências linguísticas seguindo a metodologia PELE (Personalised English Language Enhancement), idealizada pela professora Mira Kim, da New South Wales University, em Sydney, na Austrália, que tem o intuito de ajudar estudantes a aprimorar suas habilidades na língua inglesa. (<https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-lanca-projeto-para-capacitar-estudantes-de-pos-graduacao-em-linguas-estrangeiras>)

A Unicamp também criou sua política linguística. Conforme se extrai do seu sítio eletrônico, o Centro de Ensino de Línguas (CEL) estabeleceu que sua missão é utilizar o conhecimento das línguas estrangeiras para a construção curricular da universidade, “além de promover a formação de cidadãos e profissionais críticos e atuantes em um mundo pluricultural e plurilíngue”. Destaca-se:

O Centro de Ensino de Línguas (CEL) é o órgão responsável por ministrar as disciplinas de línguas da Universidade. Vinculado administrativamente à Pró-Reitoria de Graduação e academicamente ao Departamento de Linguística Aplicada (DLA) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), o CEL tem como missão contribuir para a formação do aluno por meio do ensino das línguas estrangeiras, atendendo, prioritariamente, o currículo de Graduação da Unicamp, além de promover a formação de cidadãos e profissionais críticos e atuantes em um mundo pluricultural e plurilíngue. São oferecidas disciplinas das seguintes línguas: alemão, espanhol, francês, hebraico, inglês, Italiano, japonês, português para estrangeiros e russo. Que tem a como foco:

A abordagem de ensino do CEL é orientada pelo respeito à diversidade linguística, cultural e humana e visa à promoção da compreensão mútua e a boa convivência dela decorrentes. São oferecidas disciplinas das seguintes línguas: alemão, espanhol, francês, hebraico, inglês, Italiano, japonês, português para estrangeiros e russo. (<http://www.extecamp.unicamp.br/cel/>)

A Universidade de São Paulo (USP) é outro exemplo de instituição de ensino superior que possui políticas linguística voltadas para o apoio e para a formação acadêmica da comunidade universitária. O seu Centro Interdepartamental de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CIL – FFLCH/USP), possui um Conselho Deliberativo, responsável por decidir e desenvolver as ações que melhor atendam a sua política linguística:

[...] Contando com um Conselho Deliberativo, formado pela representação de docentes vinculados aos Departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas, Letras Modernas e Letras Orientais, o CIL desenvolve ações que atendem a comunidade universitária e também um público diverso, interessado em diferentes línguas. Atualmente, oferece cursos, palestras e oficinas de português, espanhol, inglês, francês, italiano e japonês. (<http://clinguas.fflch.usp.br/cursos>)

A Universidade de Brasília (UnB) também desenvolveu suas políticas linguísticas, oferecendo vários cursos em línguas. De início, os cursos em línguas estrangeiras eram ofertados pela Escola de Línguas da Universidade de Brasília. Em 2008, a escola passou a

integrar o Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) unidade do Instituto de Letras (IL) da UnB.

Diante dessa mudança, ocorreu a criação do Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas (UnB Idiomas), “assegurando uma nova concepção acadêmica para as atividades anteriormente desenvolvidas pela Escola de Línguas”. Determinou-se novos regramentos e “normas de funcionamento e da estrutura do Programa está oficialmente regulamentado pelo seu Regimento Geral” (<http://www.unbidiomas.unb.br/search-course/>).

A UnB Idiomas oferta quatorze cursos, a saber: Alemão, Árabe, Coreano, Espanhol, Esperanto, Francês, Grego Moderno, Hebraico, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, Russo e Turco. Seu programa UnB Idiomas é:

[...] Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas (UnB Idiomas), assegurando uma nova concepção acadêmica para as atividades anteriormente desenvolvidas pela Escola de Línguas. O estabelecimento das normas de funcionamento e da estrutura do Programa está oficialmente regulamentado pelo seu Regimento Geral, também motivo de aprovação dos órgãos colegiados acima mencionados. O UnB Idiomas opera como um grande fortalecedor dos instrumentos de financiamento para a viabilização plena das atividades de ensino, pesquisa e produção científica. O órgão resgatou a responsabilidade da universidade pública de contribuir e realizar projetos que beneficiem sua comunidade universitária e que possam aproximá-la do público externo, criando novas demandas, novos cursos e novos processos de desenvolvimento da educação. (<http://www.unbidiomas.unb.br/search-course/>)

Diante do exposto, os programas de ensino de uma segunda língua desenvolvidos pelo Ministério da Educação e pelas instituições de ensino superior federais têm caminhado no sentido de garantir o avanço na qualidade dos profissionais envolvidos, assim como em suas atividades finalísticas para permitir a inserção das universidades federais em um ensino internacional e globalizado.

Vale destacar que a suspensão do Programa IsF, pelo governo atual, e os cortes frequentes no orçamento destinado à educação podem comprometer o avanço do processo de internacionalização nas universidades, bem como a expansão dos seus programas linguísticos.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

3.1. Visão Histórica da Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi fundada em 1962. De acordo com os Acervos da UnB, seu primeiro reitor foi antropólogo Darcy Ribeiro, tendo por missão criar uma universidade fora dos padrões tradicionais que existiam no Brasil, tendo como apoiador o educador Anísio Teixeira que se viu na incumbência de planejar o seu modelo pedagógico: com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país (RIBEIRO, 1991).

Darcy ressalta em sua obra que a UnB trazia em sua gênese a vontade de inovação do ensino superior no país, em que convidou mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana (RIBEIRO, 1991). O antropólogo enxergava que a UnB é uma instituição que nasceu internacionalizada, sua proposta de ensino voltada para uma universidade “atuante em todas as áreas do conhecimento, aberta às principais demandas do Brasil e do mundo”. Com olhar apontado para o futuro e estima pelo caminho já trilhado, a Universidade se consolida como organismo indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais íntegra e democrática (<https://unb.br/a-unb>).

Esse sonho de Darcy Ribeiro foi corrompido diante do processo histórico da UnB. Desde o começo, foi marcado de um passado de golpes da ditadura e muitas crises e conflitos, como descreve Cristovam Buarque em que

a comunidade acadêmica ingressou assim em um processo de alienação das decisões da Universidade e de frustração em relação aos seus sonhos e expectativas. A rígida hierarquia e o divórcio entre a administração central e os três segmentos da comunidade (funcionários, alunos e professores), durante 21 anos, deixou, obviamente, profundas marcas. Este processo levou a uma natural desconfiança, a uma resistência e a um distanciamento da comunidade em relação à administração, seja qual for seu estilo político-administrativo (BUARQUE, 1986, pp. 13-14).

Foram muitas perdas, lamenta Buarque. A Universidade havia reunido os melhores e mais brilhantes atores intelectuais do País em sua composição e viu “a demissão, a prisão, a cassação e a renúncia da maior parte deles, assim como a prisão, os ‘desligamentos” (BUARQUE, 1986, p. 13). O mesmo autor se referia ao golpe militar de 1964. Esse processo doloroso fez a comunidade acadêmica ingressar no que ele chama de “processo de alienação das decisões da Universidade e de frustração em relação aos seus sonhos e expectativas” (Buarque, 1986, p. 14). De acordo com o Buarque, o isolamento da UnB da comunidade

acadêmica e da população da cidade é fator que trouxe implicações perversas para a Universidade.

Diante do cenário em que viveu o Brasil, resta evidenciado o descompasso entre os ideais que moviam a UnB e os interesses ideológicos do regime. Diante do processo de redemocratização do país, em 1985, a UnB também passaria por esse processo de readaptação ao mundo democrático, vivenciando uma transição que exigia, acima de tudo, cautela, firmeza ideológica e dedicação (BUARQUE, 1986).

Nesse sentido, com toda a reestruturação sofrida pela Universidade, restringiremos os estudos ao processo de internacionalização que esteve no viés das ânsias de Darcy desde a sua criação. O Plano Orientador da UnB, editado em 1962 e ainda em vigor, estabeleceu as regras, a estrutura e a sua concepção, apontando que “só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”. O Plano foi a primeira publicação da Editora UnB e mostra o espírito inovador da instituição.com regras, a estruturação e concepção:

A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo”, escreveu Darcy, em UnB: *Invenção e Descaminho. da Universidade* (<https://umb.br/a-unb>)

O Plano Orientador foi submetido à revisão em 2009, por meio de um novo Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília (UnB), tendo sido preservados os princípios e as bases do Plano Orientador de 1962 da Universidade de Brasília na elaboração do PPPI (VILLELA, 2018). Ele ainda destaca:

O Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) também propõe o fortalecimento e a transversalização das ações de internacionalização da UnB, como um meio para desenvolver a educação superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Universidade à comunidade acadêmica e à sociedade. Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, as universidades precisam formar profissionais preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos frente aos desafios sociais contemporâneos. (VILLELA, 2018, p. 10)

É importante destacar que o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) preocupou-se em reconhecer a necessidade de capacitação também do corpo docente e técnico-administrativo da Universidade na sua atuação internacional (VILLELA, 2018):

Os esforços a ser empreendidos pela instituição nessa direção também visam potencializar a atuação internacional de seu corpo docente e técnico-administrativo, para a integração de atividades acadêmicas em circuitos internacionais, ampliando o sentido social e os efeitos da produção educacional, científica, tecnológica e cultural da UnB. (VILLELA, p. 10, <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190480>)

Essa visão inovadora e cosmopolita da difusão do conhecimento no ensino superior observada na Universidade de Brasília vem sendo desenvolvida ao longo dos seus cerca de 60 anos de história. O fato de a UnB estar no centro do país e localizar-se próxima aos três poderes da união, embaixadas, organismos internacionais, agências de fomento viabiliza ainda mais sua natureza internacional.

Exemplo disso é o Acordo Acadêmico, Cultural e Científico entre a UnB e a Embaixada da França, que tem como “objetivo de estabelecer e operar a Casa franco-brasileira da Ciência” tendo como base de cooperação científica, projetos de pesquisas e transferências de conhecimento. Também estão presentes nesse acordo de cooperação a mobilidade acadêmica, científica e cultural e as políticas linguísticas como: a promoção de ensino de línguas e difusão cultural: Português (Brasil) e o Francês; apoio a formadores de língua francesa; e a promoção da presença de leitores em ambos os países (<http://int.unb.br/parcerias-internacionais>)

Por essa visão de internacionalização, a Universidade, em 1987, criou o Centro de Apoio a Intercâmbio e Programas Internacionais (CIP), que tinha como principal objetivo viabilizar programas que possibilitassem à comunidade universitária a troca de experiências culturais e o aperfeiçoamento em idiomas estrangeiros.

Após 10 anos de sua criação, o Centro de Apoio a Intercâmbio e Programas Internacionais (CIP) passou a se chamar Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), que, conforme se extrai do seu sítio eletrônico era “uma denominação mais adequada à política e aos interesses da Universidade no sentido de implementar novos convênios e acordos de cooperação técnica, Centro de Apoio a Intercâmbio e Programas Internacionais (CIP) científica e cultural com instituições internacionais” (<http://int.unb.br/institucional/historico>).

Diante desse perfil, a Universidade de Brasília foi escolhida para participar do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt, que tem por objetivo a difusão da internacionalização das Universidades Federais Brasileiras. Com isso, a UnB criou seu Plano de Internacionalização (doravante, PI), aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UnB.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UnB, na sua reunião n. 579, indicou a Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) para se tornar a Secretaria de assuntos relacionados aos processos de internacionalização da UnB, e esta terá a participação de um

representante de cada Unidade como interlocutor direto junto à INT e à Comissão Permanente proposto pela Capes-Print.

A Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), conforme descrito no seu sítio eletrônico, tem como seus “objetivos promover a interação com organismos e instituições estrangeiras de ensino superior, apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural e o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação.” A missão da INT é apontada como a de “Promover a interação com instituições de ensino superior no âmbito internacional.” (<http://int.unb.br/br/institucional/historico>). Nota-se que há vários acordos firmados com outras universidades, conforme dados da INT,

verifica-se que os acordos de cooperação – que totalizam 242 em 2018 – se concentram, por um lado, nas parcerias com Estados Unidos da América, Colômbia, Chile e Argentina; e, por outro lado, Portugal, França, Espanha e Itália. No continente asiático, destaca-se a cooperação com China e Japão. Os acordos firmados privilegiam ainda Moçambique, África do Sul, Argélia, Camarões, Austrália e Nova Zelândia. (Plano de Internacionalização UnB, n.d, p. 19)

Cabe ainda destacar as redes universitárias às quais a UnB pertence:

Organização Universitária Interamericana (OUI), Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Grupo Tordesilhas – Rede Acadêmica de Universidades do Brasil, Portugal e Espanha –, a Agência Universitária da Francofonia (AUF) e Erasmus Mundus, dentre outras. (Plano de Internacionalização-UnB, n.d, p. 19)

Também há as Cooperação Sul-Sul:

a Casa da Cultura da América Latina (CAL), vinculada ao Decanato de Extensão (DEX), promove e divulga a arte e a cultura ibero, latino-americana e africana, em todas as suas vertentes e linguagens. Em 2017, a UnB também passou a integrar um programa visando à formação de lideranças interculturais e à consolidação do Fórum Intercultural de Saberes e Práticas do Sul, como espaço permanente de articulação e reflexão, com a participação de acadêmicos e não acadêmicos de países da América Latina, do Caribe e da África. (Plano de Internacionalização-UnB, n.d, p. 24)

Assim, a Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) é responsável pela viabilização de parcerias entre instituições estrangeiras de ensino superior e realizar os acordos de cooperação acadêmica, bem como de intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico. Em seu sítio há o manual todo em inglês para alunos estrangeiros, isso mostra a importância do idioma para a comunicação na Universidade.

A INT traz em sua página as parcerias internacionais firmadas com a Universidade. Ao todo são 266 parcerias vigentes. Como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Parcerias Internacionais Vigentes na UnB

PACERIAS INTERNACIONAIS - UnB	
CONTINENTE	ACORDOS
EUROPA	158
AMÉRICA	63
ÁSIA	37
ÁFRICA	5
OCEANIA	3
TOTAL	266

Produzida pela autora. Fonte (www.int.unb.br)

Diante do cenário, percebe-se que a maioria das parcerias firmadas com a UnB estão localizadas no continente europeu, com 158 no total. A Europa possui políticas educacionais de melhoria e diferenciação do seu ensino. Cita-se o programa ERAMUS, na mesma visão do Processo de Bolonha, um fenômeno social, econômico, cultural e educacional que consiste na mobilidade entre os estudantes europeus nos países da Europa. O Programa evoluiu criando uma extensão: a criação do ERASMUS MUNDUS que consiste em trazer mais mobilidade e atrair estudantes de outros continentes como os do MERCOSUL (CRUZ, 2011).

Já no continente americano, como descrito na tabela, somam 63 parcerias firmada com a UnB. Os países desenvolvidos representam apenas 22% desse total. A INT, em seu sítio, relata que o Canadá firmou seis parcerias e EUA foram oito acordos. Percebe-se que os países em desenvolvimento da América detêm a maioria dos acordos firmados com a UnB, sendo os países com maior expressividade em número de parcerias: Colômbia (12); Argentina (10); Chile (09); México (08); Peru (03); e Costa Rica (01). O MERCOSUL Educacional propiciou essas parcerias nos países latinos, a relação de formação de recursos humanos e de produção de conhecimento, mesmo com diferenciações, apontam para a possibilidade de uma integração universitária mais sólida (CRUZ, 2011). As inúmeras iniciativas das universidades da região, bem como as ações governamentais e internacionais desencadeadas, indicam o reconhecimento da cooperação interinstitucional na região como fundamental no processo fortalecimento do Mercosul (MOROSINI, 1994).

No tocante ao continente asiático que representa 37 das parcerias vigentes na UnB. O PI destaca: Programa de Intercâmbio do *Beijing Institute of Technology* – China; Programa de Mestrado ou Doutorado do Instituto de Tecnologia *Shibaura* – Japão; Instituto *Sejong* – Korea *Brazil Society* (KOBRAS); e O Instituto *Confúcio* (IC).

Ressalta-se que a China possui parcerias com o Brasil em diversas áreas. Entre as parcerias educacionais firmadas com a UnB, destaca-se o acordo de cooperação firmado entre a Matriz do Instituto Confúcio da China e a Universidade (PAULINO, 2019). Sob a gestão do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da UnB e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. O IC da UnB conta com uma biblioteca com mais de 5.000 exemplares doados pela sede do Instituto Confúcio da China. De 2008 a 2018, já atendeu a 824 alunos, dos quais, 428 são estudantes da comunidade externa e 396 estudantes, professores ou servidores da UnB (UnB, 2017).

Como citado na tabela, o continente africano possui cinco parcerias categorizadas na página da INT. Entre elas, o Instituto Superior De Ciências De Educação Da Huíla firmou convênio com a UnB em que “propõem a desenvolver um programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural, envolvendo áreas de interesse mútuo” (<http://int.unb.br/parcerias-internacionais>).

No tocante à Oceania as parcerias firmadas com a Universidade de Brasília atualmente são três como descrito na tabela. Entre elas a University of Newcastle que tem como objeto de acordo o intercâmbio, bem como a capacitação dos professores e funcionários da instituição acadêmica em áreas de treinamento prioritárias.

Os acordos de cooperação por meio da INT estão em todos os continentes, entretanto, o continente europeu continua sendo o de maior interesse para a comunidade acadêmica, tendo acordos firmados principalmente com os seguintes países: Portugal, França, Espanha e Itália. Já no continente americano, as parcerias foram estabelecidas com os Estados Unidos da América, Colômbia, Chile e Argentina. No tocante ao continente Asiático, destaca-se a cooperação com a China e o Japão. Os acordos firmados com o continente Africano abrangem Moçambique, África do Sul, Argélia e Camarões. Na Oceania, a Austrália e a Nova Zelândia são parceiras privilegiadas (UnB, 2017).

Os crescentes acordos firmados com diferentes continentes culminaram com a evolução da vida acadêmica da UnB no quesito internacionalização. Suas parcerias estratégicas e os diversos mecanismos de trabalho colaborativo com as suas unidades (Faculdades, Institutos e Centros Temáticos) possibilitaram que a Universidade fosse elo em diversas redes

universitárias, cátedras de estudos, organização de fóruns de discussão dos mais relevantes temas da atualidade, buscando sua mobilidade no âmbito global (MARQUES,2020).

3.2. Aspectos relevantes do Plano de Desenvolvimento Institucional no contexto da Internacionalização (PDI/2018-2022)

A Universidade de Brasília passou a adotar uma política de governança institucional na sua história recente, o que permite realizar uma análise mais precisa e adequada da qualidade dos seus produtos e serviços ofertados, no que diz respeito “à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas e políticas institucionais que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmico administrativas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (<http://planejamentodpo.unb.br>).

O Planejamento Institucional é uma ferramenta importante “capaz de contribuir para a melhoria dos produtos e serviços ofertados pela Universidade de Brasília no tocante ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão institucional” (UnB, 2018). Corroborando o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) da Universidade destaca que é de suma importância os esforços, dedicação e envolvimento da comunidade como um todo para sua implementação, visando transformar a UnB em referência nacional e internacional.

A participação da UnB no processo de internacionalização é crescente e reforçada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UnB, 2018-2022), que tem como missão e visão:

Missão

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos, qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Visão

Ser referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, com inserção local, regional e internacional, inovadora, inclusiva, transparente e democrática, com gestão eficaz e qualidade de vida.

Já os valores da Universidade de Brasília, como princípios essenciais e duradouros, são: “a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas humanas; a ciência, como forma de conhecimento confiável ao lado de outras formas de saberes; o diálogo em termos de igualdade com essas outras formas de saberes; a tolerância e a compreensão para com as mais diversas formas de manifestação de pensamento e de crença; a democracia como forma de organização política da sociedade em geral, e da Universidade, em particular”(UnB, 2018).

O PDI (2018-2022) da UnB preocupou-se em abordar aspectos específicos da sua política de gestão voltada para a internacionalização num ensino global em cada dimensão acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. Nesse aspecto, o PDI demonstra o comprometimento da UnB com a internacionalização, direcionando diversos setores da instituição para o desenvolvimento do seu processo de ensino global. Evidencia-se, ainda, que o PDI busca nos seus processos pedagógicos se organizar a partir de princípios fundamentais, dentre eles, o “fortalecimento e transversalização das ações de internacionalização da UnB”.

O PDI, no tópico (6.4), se preocupou em estabelecer metas para as políticas linguísticas da universidade, mostrando a sua importância no contexto do processo de internacionalização:

Ainda no primeiro semestre de 2017, a UnB candidatou-se a uma vaga no Research Connect para receber um curso de formação em inglês para seus alunos e professores. Este curso é proveniente de recursos do Fundo Newton em parceria com a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). No segundo semestre de 2017, a UnB foi comunicada que foi uma das instituições brasileiras contempladas com este curso.

O PDI apresenta metas específicas para os programas de extensão da universidade voltadas para a internacionalização que visa instituir uma parceria da INT com o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) um Programa de Internacionalização para fomentar ações e difundir, por meio de projetos, ações que valorizem a cultura em suas políticas na América Latina. O tópico 6.10, por sua vez, apresenta as estratégias, objetivos e metas da sua política de internacionalização, com a finalidade de aumentar a presença da Instituição no contexto do ensino global. Nesse aspecto destaca:

A UnB estimula fortemente a mobilidade acadêmica nacional e internacional, incentivada por meio de mais de 200 convênios internacionais, coordenados pela Assessoria de Assuntos Internacionais (INT). A INT, em parceria com os decanatos acadêmicos, sistematiza acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente, discente e de técnicos-administrativos.

Resta claro que a UnB, por meio do seu planejamento institucional estratégico, deseja e se compromete com sua política de internacionalização, tendo sido escolhida para ser uma das universidades propagadoras da internacionalização no Brasil, adequando-se aos parâmetros exigidos pela Capes-Print, órgão do MEC:

[...] foi aprovada a nova resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (CEPE) n. 0080/2017, que considera a necessidade de novos procedimentos que contribuam para a excelência acadêmica e a internacionalização dos programas de pós-graduação com maior flexibilidade. Neste sentido, os esforços da UnB estão em alinhamento com a política de internacionalização das instituições de ensino superior

proposta pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Ministério da Educação (MEC).

Desse modo, o PDI registra que a “evolução do desempenho da UnB é ampliada com ações para a internacionalização e que motivem a mobilidade, a partir do incentivo via políticas acadêmicas”. Mesmo com toda evolução no processo de engajamento para as políticas de cooperação, a UnB, em seus relatórios anuais, a UnB (2017), constatou que a falta de ofertas de disciplinas na graduação e pós-graduação em outros idiomas é um sério obstáculo para sua efetiva consolidação no processo de internacionalização, diminuindo de forma substantiva o número e variedade de estudantes advindos de outros países, bem como inibir novos acordos de cooperação bilaterais por não atender ao princípio da reciprocidade celebrado nos contratos.

É importante relatar que a oferta de cursos em língua estrangeiras (inglês ou espanhol) proporcionaria a atualização e o aprimoramento para os professores da UnB nestas duas línguas, e ampliaria o número de publicações científicas de docentes em inglês ou espanhol em revistas e livros de editoras internacionais. O que também mitigaria as dificuldades de divulgação científica efetivas ocasionadas pela falta de compartilhamento das informações internas e externas.

3.3. O Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília

A UnB possui um perfil internacional, que são evidenciadas tanto nas suas características físicas quanto em relação à sua localização geográfica, conforme se extrai da introdução do seu PI:

[...] localização geográfica privilegiada, próxima tanto aos centros decisórios do poder nacional, quanto às representações diplomáticas, aos organismos internacionais e às agências de fomento, a Universidade de Brasília apresenta grande potencial para se constituir em um importante polo acadêmico internacional na região. (Plano de Internacionalização UnB)

Outrossim, é importante acrescentar que a escolha da UnB pela CAPES-PrInt, para desenvolver o plano de expansão da internacionalização no país, foi determinante para que a Universidade estabelecesse um projeto de alcance internacional com objetivos e metas específicas. Essa escolha potencializou a criação do PI que foi descrita no PDI e no PPPI vigentes.

Logo, o PI foi desenvolvido pela UnB para dar diretrizes no tocante ao seu processo de internacionalização. Tem como objetivo “formar cidadãos para o mundo, estudiosos das

grandes questões mundiais, a fim de colaborar na solução dos importantes problemas da humanidade”.

O PI foi criado no intuito de responder a três perguntas sobre a sua internacionalização: “por quê, como e para quem”. Baseadas nas “premissas que o orienta é a de que as respostas a essas perguntas encontram-se no histórico e na forma como se concebe e se implementa a internacionalização em uma instituição acadêmica”.

Ademais, o Plano traz também uma resposta do porquê de internacionalizar e demonstra a perspectiva da UnB nesse processo, evidenciando a visão, a meta e os objetivos, como descrito:

Porque a UnB está entrando em uma nova fase de internacionalização e de maturidade, que reflete novos objetivos e metas. Nesta nova fase, destaca-se nosso compromisso em reforçar um perfil internacional e uma visão no sentido de tornar-se uma universidade de excelência com a contribuição de todos os povos do mundo, a fim de aprender, pensar e trabalhar juntos.

Cumprе acrescentar que a localização privilegiada da UnB, como mencionado acima, permitiu a pactuação de convênios com embaixadas e órgãos de cooperação internacional estabelecidos em Brasília, potencializando “o desenvolvimento de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão internacionais e incrementa o ambiente multicultural na Universidade”. Nesse contexto, a UnB, ainda, sedia representações de três distintas instituições internacionais - sendo três instituições francesas e uma chinesa, como descrito no seu plano:

A presença dessas instituições potencializa o desenvolvimento de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão internacionais e incrementa o ambiente multicultural na Universidade, tal como é o caso da CAL - Casa da Cultura da América Latina. Temos também outras instituições internacionais representadas na universidade como a Casa Franco-Brasileira da Ciência, estabelecida no campus Darcy Ribeiro, desde fevereiro de 2018, reúne instituições de pesquisa francesas: o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) – sede Brasil e América do Sul – e o Campus France, agência do governo francês responsável pela promoção do ensino superior. A Casa Franco-Brasileira da Ciência visa fortalecer os intercâmbios acadêmicos, culturais e científicos, e as relações entre os dois países. O Instituto Confúcio (IC), por sua vez, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a formação de grupos de estudos que incentivem a elaboração de trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses relacionadas à língua e cultura chinesas. A representação do Instituto Confúcio na UnB conta com uma biblioteca com mais de 5.000 exemplares doados pela sede do IC da China. Desde 2008, já atendeu 824 estudantes, dos quais 428 da comunidade externa e 396 estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UnB.

É sabido que esse Plano também se ocupou com o aprimoramento da gestão administrativa com foco na internacionalização, de modo a “promover e apoiar as iniciativas

pontuais de docentes, como também traçar diretrizes capazes de unificar a atuação da instituição como um todo”. Implementando ações de capacitação e desenvolvimento do seu pessoal voltadas para o apoio à internacionalização.

A Universidade de Brasília dispõe de um conjunto de estruturas e de iniciativas para a promoção da internacionalização, contribuindo para a avaliação das condições preexistentes na Universidade para a implementação deste Plano por meio de setores específicos: a Assessoria de Assuntos Internacionais (INT); a Coordenação dos Esforços Institucionais de Internacionalização; a Comissão Permanente de Internacionalização; e a Coordenações de Internacionalização em cada uma das unidades acadêmicas.

A Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) é “o órgão oficial competente e responsável pela celebração dos acordos, bem como por seu acompanhamento e operacionalização”. O PI descreve ainda outras responsabilidades dessa Assessoria para o contexto da internacionalização como “formalizar acordos de cooperação internacional educacional, científica, tecnológica e/ou cultural, conforme as normas jurídicas do Brasil para esse fim;”. Destarte que os acordos fomentam a internacionalização. A INT é responsável pelos:

[...]os acordos de cotutela ou coorientação de tese de doutorado e dissertação de mestrado, modalidade que permite ao doutorando e ao mestrando, regularmente matriculado na UnB ou em instituição conveniente, a obtenção do título de doutor ou de mestre em ambas as instituições. Cabe ainda destacar as redes universitárias às quais a UnB pertence: Organização Universitária Interamericana (OUI), Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Grupo Tordesilhas – Rede Acadêmica de Universidades do Brasil, Portugal e Espanha –, a Agência Universitária da Francofonia (AUF) e Erasmus Mundus, dentre outras.

Entre as ações desempenhadas pela INT a celebração de acordos de cooperação potencializa a visibilidade da Universidade e gera efeitos de universalização tais como o trabalho em rede, o intercâmbio mútuo de lições aprendidas, a complementaridade de ações acadêmicas de pesquisa e formação, maior valor agregado maior legitimidade social e maior visibilidade, entre outros (UnB, 2017).

A Universidade está aberta para receber alunos internacionais nas seguintes modalidades: 1) Aluno de intercâmbio por meio de convênio; 2) Estudante de Graduação Visitante; 3) Pesquisador Colaborador Júnior de Pós-Graduação; 4) Programa Cortes Supremas MERCOSUL para estudantes de Direito (Graduação e Pós-Graduação) do MERCOSUL para a realização de estágio no Supremo Tribunal Federal; 5) Programa de Intercâmbio MARCA: Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos de Graduação nos países signatários e convidados (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Colômbia e Venezuela) nos

cursos de Arquitetura e Agronomia. Para que o aluno estrangeiro participe dos programas citados é preciso que esteja regularmente matriculado em uma das instituições conveniadas à Universidade de Brasília (UnB, 2018). UnB atendeu, em 2017, alunos internacionais de diversos países, sendo 302 estudantes de pós-graduação e 210 estudantes de graduação. Como consta em seu sítio, a INT tem projeções de aumentar esse número, visto que os acordos firmados são crescentes em diferentes continentes e línguas.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Internacionalização é composta pela assessora da INT, por representantes dos decanatos e das áreas científicas (Ciências Exatas, da Vida, Sociais e Humanas), sob a presidência do vice-reitor da Universidade. Essa Comissão é responsável por “definir a política de internacionalização da instituição”. Ela também atua como interlocutora entre as diretorias de unidades acadêmicas e demais órgãos da Administração Superior, bem como por examinar e deliberar sobre os processos referentes à internacionalização da Universidade.

A INT, a fim de dar maior visibilidade à internacionalização, realizou, em 22 de agosto de 2017, o 1º Fórum e Feira de Internacionalização que envolveu docentes, discentes, servidores técnicos e interessados (UnB NOTÍCIAS, 2018) cuja proposta foi divulgar as ações e as boas práticas de dentro e de outras instituições, bem como debater sobre metas e rumos que a UnB deveria traçar para os anos subsequentes. Teve como foco principal debater a política de consolidação de parcerias com outros países e as atividades voltadas às questões linguísticas.

A realização do PI tem como um dos seus propósitos a reestruturações acadêmicas e da gestão universitária. Como descrito no seu texto, os esforços a ser empreendidos pela instituição nessa direção também visam potencializar a atuação internacional de seu corpo docente e técnico-administrativo, para a integração de atividades acadêmicas em circuitos internacionais, ampliando o sentido social e os efeitos da produção educacional, científica, tecnológica e cultural da UnB.

Pensando em estabelecer uma melhor comunicação e interação com todos envolvidos a UnB trouxe expresso no seu PI a necessidade de “transmitir à unidade acadêmica informações, atos normativos e orientações encaminhados pela administração referentes à internacionalização; orientar professores e servidores técnico-administrativos” a respeito dos procedimentos para que se possa “firmar e implementar acordos de cooperação, cotutelas, dupla diplomação, projetos de pesquisa; prestar esclarecimentos e apoio aos estudantes brasileiros sobre aspectos relativos à mobilidade internacional”(Plano de Internacionalização, nd, p. 20).

Toda a comunicação na universidade requer a colaboração de todos os membros como destacado em seu PI: “a comunhão de esforços para tradução de ementas, páginas web institucionais, editais e materiais de divulgação com vistas à internacionalização da UnB revela-se fundamental” (PI, nd, p. 28). Para tanto é preciso que haja uma política linguística efetiva voltada preparar a atividade administrativa, uma vez que “toda estratégia parte do princípio de que a visibilidade de uma instituição passa pela divulgação internacional e pelo acesso à informação em diversos idiomas” (PI, nd, p. 28). Exigindo dos servidores uma qualificação adequada em uma segunda língua.

3.4. Programas linguísticos sugeridos no Plano de Internacionalização

As políticas linguísticas são fatores que diferenciam e demonstram uma preocupação com a questão do idioma no processo da internacionalização, uma vez que esse fator é essencial para atender as exigências nas universidades em uma sociedade globalizada (FINARDI, 2016).

O PI da Universidade traz, de modo expresso na página 27, o seu desejo de que a Universidade, por meio da internacionalização, venha a “fortalecer seu papel social, expandindo sua responsabilidade institucional com o trabalho colaborativo para solucionar grandes problemas da contemporaneidade”(http://int.unb.br/br/plano-de-internacionalizacao). Como meta estabelecida pela própria instituição, essa se apresenta como um objetivo programático, a ser alcançado com ações específicas e regulares, as quais poderão ser definidas posteriormente.

O crescente quantitativo de discentes e docentes de diferentes países atuantes na Universidade, bem como os cursos ofertados de graduação e pós-graduação também foram objeto de atenção no PI, conforme se observa em seus indicadores:

A UnB possui 2.561 professores do quadro permanente, cerca de 38.400 estudantes de graduação divididos em 161 cursos. São 92 programas de pós-graduação, sendo 66 cursos de doutorado, 81 cursos de mestrado acadêmico e nove cursos de mestrado profissional (total de 156 cursos) onde se encontram 8.325 alunos. Uma série de indicadores revela o grau de internacionalização da UnB hoje, entre os quais, um número considerável de alunos internacionais com origem bastante diversificada.

Verifica-se que alunos são oriundos do continente europeu e americano – como descrito no PI, dentre eles, o maior percentual de alunos são colombianos, em seguida pelos peruanos, argentinos, cubanos, franceses e alunos naturais dos Estados Unidos. Além da recepção de estudantes internacionais, a UnB tem promovido a mobilidade de discentes brasileiros, nos níveis da graduação e da pós-graduação, para atividades de intercâmbio baseadas em acordos bilaterais e multilaterais com diferentes países como mencionado.

O programa Ciência sem Fronteiras, citado anteriormente, incrementou esse trânsito nos anos 2013 e 2014. Com a descontinuidade desse programa e pela recessão econômica, houve um decréscimo nessa mobilidade, a UnB conseguiu manter uma média de alunos enviados para atividades acadêmicas em outros países, de 2015 a 2016, um total de 574 estudantes, conforme relatado em seu PI.

Mesmo com toda evolução no processo de engajamento para a mobilidade na Universidade, em seus relatórios anuais, a UnB (2017) constatou que a falta de ofertas de disciplinas na graduação e pós-graduação em outros idiomas é um obstáculo para sua efetiva consolidação no processo de internacionalização, diminuindo de forma substantiva o número e variedade de estudantes advindos de outros países, bem como inibir novos acordos de cooperação bilaterais por não atender ao princípio da reciprocidade celebrado nos contratos.

É importante relatar que a oferta de cursos em língua estrangeiras proporcionaria a atualização e o aprimoramento para os professores da UnB, e ampliaria o número de publicações científicas de seus docentes em revistas e livros de editoras internacionais. O que também mitigaria as dificuldades de divulgação científicas efetivas ocasionadas pela falta de compartilhamento das informações internas e externas.

O plano de institucionalização da UnB referiu-se no item 1.2 - Infraestrutura, políticas e iniciativas institucionais, no tópico 1.2.4 - Ensino de idiomas - e destacou seus quatorze idiomas ofertados pelo UnB idiomas. Como descreve:

A UnB dispõe de uma destacada política de ensino de línguas, conjugando iniciativas de difusão do português do Brasil e de ensino de outros 14 idiomas internacionais, promovidas pelo Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas. Os cursos oferecidos são: alemão, árabe, coreano, espanhol, esperanto, francês, grego moderno, hebraico, inglês, italiano, japonês, mandarim, russo e turco, para estudantes (de graduação e pós-graduação), professores e servidores da UnB e demais interessados do Distrito Federal.

A Internacionalização fora de casa descrita no PI traz a “política de apoio à mobilidade de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos da UnB” que deve ser fortalecida com o aprimoramento e a ampliação de parcerias estratégicas e acordos de cooperação, nos próximos anos. Ressalta, em seu texto, a necessidade da expansão dos programas de idiomas e preocupa-se com a sua importância quando deixa evidenciado, na página 28, que

Programas como Idiomas sem Fronteiras e UnB Idiomas devem ampliar a oferta de formação em línguas, de modo a apoiar o desenvolvimento de competências e habilidades multilíngues da comunidade acadêmica da UnB, condição básica para que seus membros possam usufruir das oportunidades de mobilidade internacional. (Plano de Internacionalização-UnB, nd, p. 28).

A abrangência dos cursos ofertados nos programas para os professores, alunos, técnicos e comunidade em geral pelos programas estão descritos nas figuras abaixo. Como relatado no PI, a oferta de formação em línguas é insuficiente para atender ao processo de internacionalização, uma vez que o multilinguismo é caracterizado com desafio em seu PI vigente.

Figura 1 – Números estudantes UnB Idiomas

UnB Idiomas em números

- ▶ 10.495 estudantes de 55 cursos de graduação atendidos, desde 2009, o que corresponde a 50% dos cursos de graduação da UnB.
- ▶ 662 estudantes dos cursos de graduação em Engenharia atendidos, desde 2009.
- ▶ 8.015 alunos (professores, servidores técnico-administrativos e demais interessados) regularmente matriculados em 2017.
- ▶ 4 cursos semi-intensivos (alemão, espanhol, francês e inglês) oferecidos regularmente.

Fonte: Plano de Internacionalização 2018-2022

No tocante ao Idioma sem Fronteiras (IsF), o PI descreve que o “Idiomas sem Fronteiras (IsF) na UnB atende estudantes, professores e servidores técnico-administrativos em cursos online, presenciais e exames de proficiência (como o *Test of English as a Foreign Language* [TOEFL], *Institutional Testing Program* [ITP], para a língua inglesa).” Acolhendo o curso do Governo Federal em sua Universidade para com isso ter mais opção à comunidade acadêmica.

Figura 2 – Números Idiomas sem fronteira

Idiomas sem Fronteiras (IsF)

- ▶ O IsF oferece 4.700 vagas anuais em cursos presenciais para cinco diferentes idiomas (inglês, espanhol, francês, japonês e português para falantes de outros idiomas).
- ▶ Entre os anos de 2016 e 2017, foram registradas 7.545 inscrições nos cursos do IsF (presenciais e online) de inglês.
- ▶ O IsF já aplicou gratuitamente o TOEFL-ITP para 14.642 pessoas.
- ▶ Outro número surpreendente é o de estudantes ativos na plataforma do curso auto-instrucional *My English Online*: 5.285 até março de 2018.

Fonte: Plano de Internacionalização 2018-2022

A UnB tem o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE), também citado no seu PI, é vinculado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), do Instituto de Letras (IL), e visa “promover o ensino e a pesquisa em português para

falantes de outros idiomas, fortalecer a formação de professores para essa finalidade e afirmar-se como espaço fomentador de atividades internacionais”. Sua abrangência está exposta em seu plano:

Figura 3 – Plano de ações do NEPPE

Cursos NEPPE para a difusão do português do Brasil

- ▶ **Curso de Português para Diplomatas Africanos:** ocorre, desde 2015, por meio de parceria entre a UnB, o MRE e a Comunidade da Língua Portuguesa (CLP), sediada em Lisboa, Portugal. O curso já atendeu mais de 200 pessoas.
- ▶ **Curso Preparatório de Português:** destinado a candidatos ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (Pré PEC-G), sendo oferecido anualmente.
- ▶ **Cursos Intensivos de Português:** ofertado de março a novembro de cada ano, com a finalidade de preparar estudantes francófonos para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) no Brasil.
- ▶ **Curso de Português como Língua de Acolhimento:** destinado a imigrantes, solicitantes de refúgio e apátridas, tendo já atendido 400 pessoas entre os anos de 2013 a 2017. Essa ação, denominada “módulo acolhimento”, objetiva favorecer a inserção linguística e socioprofissional de jovens e adultos imigrantes, estabelecidos ou de passagem pelo Distrito Federal. A ação culminou na adesão da UnB, em 2017, à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que prevê uma série de outros serviços e atividades de extensão dirigidas a refugiados e imigrantes.

Fonte: Plano de Internacionalização 2018-2022

Todas as ações descritas no seu PI buscam promover a diversificação das iniciativas de internacionalização, o aprimoramento de políticas e infraestrutura associadas, preparando o ambiente da Universidade para torná-lo mais atraente e adequado ao acolhimento de pesquisadores internacionais. Outro desafio que se destaca é o de reunir esforços em torno de temáticas interdisciplinares e de amplo interesse social, integrando a graduação, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); a extensão, por meio do Programa de Institucionalização de Bolsas de Extensão (PIBEX); e a pós-graduação.

A internacionalização é concebida, desse modo, como uma forma de produção colaborativa dos conhecimentos e de compromisso social em escala nacional, regional e global, baseada em princípios de inclusão e equidade no âmbito institucional, além de reciprocidade com os países cooperantes, em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com relação à expansão das políticas linguísticas, o PI tem buscado estabelecer programas com maior expressividade para a mobilidade na Universidade junto ao corpo acadêmico. Assim, preocupou-se em criar:

A política de apoio à mobilidade de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos da UnB deverá ser fortalecida com o aprimoramento e a ampliação de parcerias estratégicas e acordos de cooperação, nos próximos anos. Programas como Idiomas sem Fronteiras e UnB Idiomas devem ampliar a oferta de formação em línguas, de modo a apoiar o desenvolvimento de competências e habilidades multilíngues da comunidade acadêmica da UnB, condição básica para que seus membros possam usufruir das oportunidades de mobilidade internacional.

Um desafio destacado no seu Plano foi o multilinguismo: “o reforço na difusão de línguas estrangeiras, em geral, e do inglês, em particular, entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos” (PI, nd, p. 22) que relatou ser essencial para o pleno desenvolvimento da internacionalização na UnB. Demonstrando a importância do inglês no contexto global.

Diante do desafio citado, destaca-se a necessidade de os servidores técnicos serem incluídos no contexto da internacionalização, contemplando-os com maior expressividade nas ações que versem sobre o aprendizado de uma segunda língua, no intuito de elevar o nível de qualificação, possibilitando, assim, ao corpo técnico as oportunidades de mobilidade e desenvolvimento profissional e pessoal.

É importante destacar ainda sobre o desafio multilinguístico citado no seu PI em que a Universidade sugere “a criação de cursos instrumentais de línguas estrangeiras”, mostrando ser um propósito interessante para atender de maneira direcional as barreiras linguísticas que há na Universidade. Essa sugestão é apresentada para atender a toda comunidade acadêmica (docentes, discente e comunidade em geral).

Contudo não foi percebido em seu Plano uma ação de capacitação em políticas linguísticas específica para os servidores técnico-administrativos nos PACs 2018, 2019 e 2020. A Universidade detalha a importância de políticas linguística para os servidores técnicos em seu PI, mas o alinhamento interno entre a INT, a PROCAP e o UnB Idiomas não houve o engajamento para atender à internacionalização no tocante ao ensino de idiomas.

4. QUALIFICAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

4.1. A importância da qualificação dos Técnico-Administrativos para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior

A partir da década de 1990, no cenário das reformas do Estado brasileiro, sob o foco da administração gerencial, passou a ser pertinente a capacidade de gerenciamento (CAVALCANTI, 2005). A gestão no setor público tornou-se tão importante quanto no setor privado (MARIN, 2012), caracterizando-se por uma evolução na administração pública, aliada à ênfase no conceito de eficiência governamental (FLEURY, 2005).

A administração gerencial tem seus princípios voltados para a eficiência, qualidade e maior flexibilidade da gestão além do aumento do comprometimento da administração pública (ABRUCIO, 2005), fortalecimento da gestão governamental e imputação de resultados (COSTIN, 2010). Esses conceitos passam a nortear o modelo gerencial público, adaptando os conhecimentos desenvolvidos nas empresas para a seara governamental (PECI, PIERANTE; RODRIGUES, 2008).

Embora as teorias e os conceitos de planejamento propiciam algumas diretrizes gerais, o contexto de cada organização, públicas ou privadas, é tão específico que a gestão precisa adequar estas generalizações quando da aplicação do planejamento estratégico. A adoção de um processo prescritivo sem os devidos ajustes para a realidade organizacional pode acarretar desperdício de tempo e recursos (MARCOVITCH; RADOSEVICH, 1977).

Nessa visão, os governos devem “otimizar os recursos disponíveis de forma a obter cada vez mais e melhores resultados a menores custos” (BRANCO, 2014, p. 179). Dessa forma, investir em um bom planejamento estratégico propicia o caminho mais adequado, eficiente e econômico para o fim almejado. A autora mostra a importância de um bom planejamento no setor público para o melhor funcionamento do Estado, sendo “benéfico quando devidamente adaptado à instituição, e inócuo, na medida em que não é corretamente amoldado às peculiaridades das organizações” estatais nacionais.

Nesse contexto, o colaborador ganhou seu valor e configura-se como fator decisivo para o sucesso de uma instituição, uma vez que seus resultados dependem de pessoas motivadas e com alto nível de qualidade pessoal e profissional para mostrarem seus melhores resultados. O autor destaca ainda que “desde a metade do século passado, foi criando mais evidência o saber humano para o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, essas mudanças requererem grandes investimentos em educação. (DIAS SOBRINHO, 2010).

No tempo de sociedade globalizada, o seu corpo de profissionais qualificado é o que permite uma organização bem-sucedida, sendo de grande importância tanto nas instituições privadas como nas públicas. Como “um diferencial competitivo, o indivíduo passou a ser visto como principal agente de mudanças” (CARMO, RIBEIRO e SANTANA, 2015, p. 141).

Nas Universidades, não foi diferente, os servidores são vistos como um elemento decisivo para o alcance do sucesso almejado. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União se manifestou no acórdão nº 3.023/2013-TCU-Plenário:

Vale lembrar que o capital humano é o principal ativo de qualquer organização pública, pois são as pessoas que detêm o conhecimento organizacional e que determinam a capacidade de prestação de serviços à sociedade. Portanto, a boa governança de pessoas é fundamental para assegurar que os agentes públicos, incluindo os membros da alta direção, sejam governados de modo que os interesses da sociedade sejam atendidos a custos e riscos mínimos razoáveis.

Na área de recursos humanos, é importante que se estabeleça o histórico da gestão de pessoal no serviço público brasileiro (ARGUIN, 1989). Em meados da década de 80, foi percebida a mudança nos rumos da gestão de pessoas no aparelho público. A partir deste momento passou a substituir a noção de administração de pessoal pela ideia de administração de recursos humanos (LIMA, 2002).

Avançando um pouco na linha cronológica da Administração Pública Federal (APF), a Lei nº 11.091/2005 trouxe o Plano de Carreiras dos Cargos dos Servidores Públicos Técnicos Administrativo em Educação (PCCTAE), que apresentou nova estruturação para os servidores atuantes no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Em 2006, o Decreto Nº 5.707 institucionalizou a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), que estabeleceu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Decreto inovou o entendimento sobre capacitação, passando a tratá-la como um processo permanente para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, na busca pela melhoria da eficiência e da eficácia do serviço público. Essa nova abordagem na gestão por competência exige adequação dos objetivos institucionais, as quais devem ser fundamentadas no Plano Plurianual do governo federal (AMARAL, 2006).

Já em 2019, o Decreto nº 5.707/2006 foi revogado pelo Decreto nº 9.991, de 2019, hoje em vigor, que rege a capacitação dos servidores da APF e dispõe sobre as licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento de capacitação. Esse novo Decreto dispõe que cada órgão e entidade integrante do SIPEC elaborará anualmente o seu Plano de Desenvolvimento Pessoal

(PDP), o qual substitui o Plano Anual de Capacitação (PAC). O Plano deverá conter a descrição das necessidades de desenvolvimento que serão contempladas no exercício seguinte, incluídas “as necessidades de desenvolvimento de capacidades de direção, chefia, coordenação e supervisão” (BRASIL, 2019).

A fim de melhor visualizar o desenvolvimento da administração gerencial para o setor público, em específico, nas universidades federais, segue abaixo quadro explicativo do marco legal, finalidade e ações.

Quadro 2 - Marco legal de Qualificação voltada para o setor público

Marco legal	Finalidade	Ação
Decreto-Lei nº 579/1938	Criação do DASP.	Organizar o setor público, inclusive a área de gestão de pessoas.
CF/1988, art. 39, §2	Escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento dos servidores.	Formação profissional de servidores públicos.
Lei nº 11.091/2005	Estrutura o plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE)	Estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE).
Decreto nº 5.707/2006	Institui a política nacional de desenvolvimento de pessoal.	Instituição de política pública para capacitação profissional de servidores públicos
Decreto nº 9.991/2019	Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas e revoga o Decreto nº 5.707/2006	Instituição de política pública para formação profissional de servidores públicos.

Fonte: Elaborado pela autora

Como mencionado anteriormente, a Lei nº 11.091/2005, referente ao PPCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação), tem como diretriz, entre outras, a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral. Ressalta ainda que o PPCTAE, no seu art. 2º, inciso II a gestão por competências, em que descreve a “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos,

habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição” (BRASIL, 2006).

A reforma gerencial trouxe uma nova visão da gestão pública para as universidades. Essas tiveram que se adequar nos seus processos de reestruturação e nas suas ações direcionadas ao desenvolvimento do PDP para a capacitação continuada dos seus servidores. Dessa forma, as ações de capacitação dos servidores passaram a ser cobradas anualmente, com já descrito, pelos órgãos superiores.

No caso da UnB, foi criada a Coordenadoria de Capacitação (Procap), vinculada à Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação (DCADE) do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP). A Procap tem como propósito:

[...] oferecer, aos servidores técnico-administrativos e docentes, ações de capacitação, como cursos presenciais, semipresenciais e a distância, oficinas, palestras, mestrado profissional, entre outras, proporcionando o desenvolvimento de competências e a atualização de conhecimentos, habilidades e atitudes. Visa ainda ampliar e democratizar oportunidades de capacitação, oferecendo treinamentos personalizados ao servidor, sem que haja necessidade de retirá-lo de seu ambiente de trabalho, a partir do uso da Internet e da plataforma virtual. (UNB, 2019)

Nessa perspectiva, cabe à Procap elaborar o PDP da Universidade de Brasília. O instrumento objetiva promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência e da melhoria da qualidade e dos serviços ofertados à sociedade. Por meio de entrevistas dos Decanatos e do levantamento de necessidades de capacitação, realizado através de questionário *on-line*, no mês de outubro de 2019. As respostas foram consolidadas e analisadas visando a um documento condizente com a realidade da Universidade de Brasília (UnB, 2019).

Quadro 3 – Cronograma de Execução PDP

Cronograma de execução - 2020/2021

Nome do curso	Status	Previsão
PDI e políticas de governança e integridade na Universidade de Brasília	A desenvolver	1º semestre de 2021
Gestão de Projetos - nível intermediário	Desenvolvido (ead)	Aguardando retorno do SIPEC
Gestão de Conflitos	Desenvolvido (ead)	Aguardando retorno do SIPEC
Diversificando as estratégias em sala de aula	A desenvolver (ead)	Aguardando retorno do SIPEC
Construção de salas de aula no moodle	Desenvolvido (ead)	08 de setembro a 11 de outubro/20
Análise de dados textuais via Iramuteq	Desenvolvido	1ª quinzena de agosto/20
Técnicas de coleta de dados qualitativos e quantitativos	A desenvolver	2ª quinzena de outubro/20
As melhores práticas no planejamento e execução de projetos acadêmicos	A desenvolver	2º semestre de 2021
Autodesenvolvimento docente: seguindo múltiplas trilhas	A desenvolver	2º semestre de 2021
Excel	A desenvolver (ead)	05 de outubro a 01 de novembro/20
Oficina de elaboração de relatórios técnicos	A desenvolver	2ª quinzena de outubro/20
Gestão de Secretarias de Graduação	A desenvolver	2º semestre de 2021
Gerenciamento de Conteúdo WEB - CMS Joomla	Desenvolvido	1ª quinzena de agosto/20
Endomarketing na UnB	A desenvolver	2º semestre de 2021
Saúde e Segurança em Laboratórios	Desenvolvido	2ª quinzena de agosto/20
Aperfeiçoando o atendimento ao usuário na UnB	Desenvolvido (ead)	31 de agosto a 27 de setembro/20
Saúde e Segurança em Saídas de Campo	Em desenvolvimento	1º semestre de 2021
Ética no contexto de trabalho	Desenvolvido (ead)	27 de abril a 24 de maio/20
Habilidades Sociais para Gestores	Desenvolvido	2ª quinzena de outubro/20
Habilidades Sociais	Desenvolvido	2ª quinzena de setembro/20
Produção de eventos culturais e de extensão	A desenvolver	2º semestre de 2021
Processo de compras na UnB	A desenvolver	2ª quinzena de outubro/20
Ciclo de Oficinas do SIG	A desenvolver	Sob demanda
Gestão de patrimônio interno da UNB	A desenvolver	2ª quinzena de julho/20
Conhecendo o SISGEN como instrumento de apoio à pesquisa científica e tecnológica	A desenvolver	2º semestre de 2021
Gestão de documentos e o uso do SEI na UnB	Desenvolvido (ead)	20 de abril a 25 de maio/20
Produção e difusão de eventos científicos e tecnológicos	A desenvolver	2º semestre de 2021
Produção de textos oficiais na UnB	Desenvolvido (ead)	04 de maio a 31 de maio/20
Consiafi na prática	Desenvolvido	2ª quinzena de agosto/20
Organização de eventos institucionais: do planejamento à prestação de contas	A desenvolver	1º semestre de 2021
Gestão do Conhecimento e Inovação	A desenvolver	1º semestre de 2021
Agências de fomento à pesquisa e inovação: como se adequar	A desenvolver	1º semestre de 2021
Gestão Universitária	Desenvolvido (ead)	25 de maio a 21 de junho/20
Orçamento Público na UnB	Desenvolvido (ead)	24 de agosto a 27 de setembro/20
Planejando por meio do Briefing	A desenvolver	2º semestre de 2021
Capacitação para tutoria em ead	Desenvolvido (ead)	18 de maio a 21 de junho/20
Utilizando o E-MEC	A desenvolver	2ª quinzena de setembro/20
Melhores práticas em compras internacionais	A desenvolver	1ª quinzena de outubro/20

Fonte: UNB PROCAP 2019

Dentre os cinquenta cursos ofertados pela Procap para a capacitação do servidor técnico para os anos de 2020 e 2021, não se percebeu a inclusão de cursos a serem desenvolvidos ou palestras diretamente voltadas para o processo de internacionalização. Como citado anteriormente, O PI vigente registra a necessidade de qualificação para a maior visibilidade do papel da internacionalização junto à comunidade acadêmica, em especial aqui estudo, os técnico-administrativos.

Os servidores técnicos foram contemplados com um grande marco, no quesito capacitação, com os cursos de mestrado profissionais (pós-graduação *stricto sensu*). Em 2013,

a Universidade, criou o Mestrado Profissional em Economia, o Mestrado Profissional em Educação e Mestrado Profissional em Gestão Pública. Desde a sua criação “já foram ofertadas 203 vagas, das quais 184 servidores obtiveram êxito no processo seletivo dos editais” (UnB, 2019).

Esse avanço na capacitação do corpo técnico agrega valor não apenas de cunho salarial, mas, sobretudo qualificando-o para desenvolver suas atividades funcionais, bem como oportunizar visões diferentes dentro da Universidade como a mobilidade firmada com parcerias de diferentes países estendida aos técnicos como descrito em seu PI. O que, para a UnB é uma forma de melhorar sua capacidade técnica e operacional, preparando-a para enfrentar as demandas que são cada vez mais crescentes (UnB, 2019).

Outro aspecto relevante da capacitação acadêmica dos TAEs é a possibilidade de se alterar e/ou aumentar a capacidade crítica na forma de executar e resolver questões do dia a dia, minimizar as dificuldades relativas às rotinas de trabalho e aos processos desempenhados, bem como expandir a visão e o entendimento do mundo ao seu redor, gerando consciência política e capacidade de autorreflexão sobre seu papel na sociedade (SILVA, 2017).

O Mestrado Profissional destinados aos TAEs visa a contribuição dos servidores a melhoria da gestão na Universidade, tendo em vista que os trabalhos de conclusão de curso, em regra, exigem um produto destinado à análise e desenvolvimento de questões internas, permitindo aos servidores sugerirem melhorias, tendo uma participação mais ativa na instituição.

É preciso destacar também que a UnB, ainda que fora dos cursos apontados pela Procap, oferta o curso de extensão permanente: o programa UnB Idiomas. Esse programa mostra-se como uma ferramenta colaborativa, porém ainda não efetiva, para o ensino de uma nova língua e, com isso, pode contribuir como uma ação específica para a capacitação do seu corpo técnico.

4.2. O Programa UnB Idiomas como uma capacitação continuada

De acordo com *site* da instituição, o Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas, que foi criado em junho de 2008, abarcando as atividades anteriormente desenvolvidas pela então Escola de Línguas da Universidade de Brasília. O Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) é o responsável pelas ações de gestão administrativa e acadêmica do programa. O UnB-Idiomas foi criado no enfoque de direcionar seus cursos à

[...] comunidade universitária e ao Distrito Federal passaram a ser estruturados de forma sequencial com a promoção dos Cursos Abertos Sequenciais de Idiomas. Assim, são oferecidas oportunidades de formação continuada para alunos, de diferentes áreas de conhecimento. Também foram promovidos projetos de cursos corporativos voltados para o atendimento particular de instituições públicas e privadas, com enfoque no ensino de línguas estrangeiras. (UNB IDIOMAS, 2019)

Seu desafio é atender “a uma demanda de 15.000 alunos anualmente, o UnB Idiomas entende ter formalizado um novo modelo para a gestão das atividades de extensão, desde o contexto do ensino de línguas estrangeiras no âmbito da Universidade de Brasília”. O UnB Idiomas possui diversos objetivos, dentre eles se destaca a finalidade de “estimular, apoiar e incentivar o aprendizado de idiomas” e a necessidade de “desenvolver a sensibilidade intercultural, por meio do ensino de idiomas”.

Vale salientar que o UnB Idiomas foi criado para oportunizar condições para o aprendizado e contribuir com as novas demandas, nas quais o domínio de uma língua estrangeira se faz pertinente. Nesse intuito opera

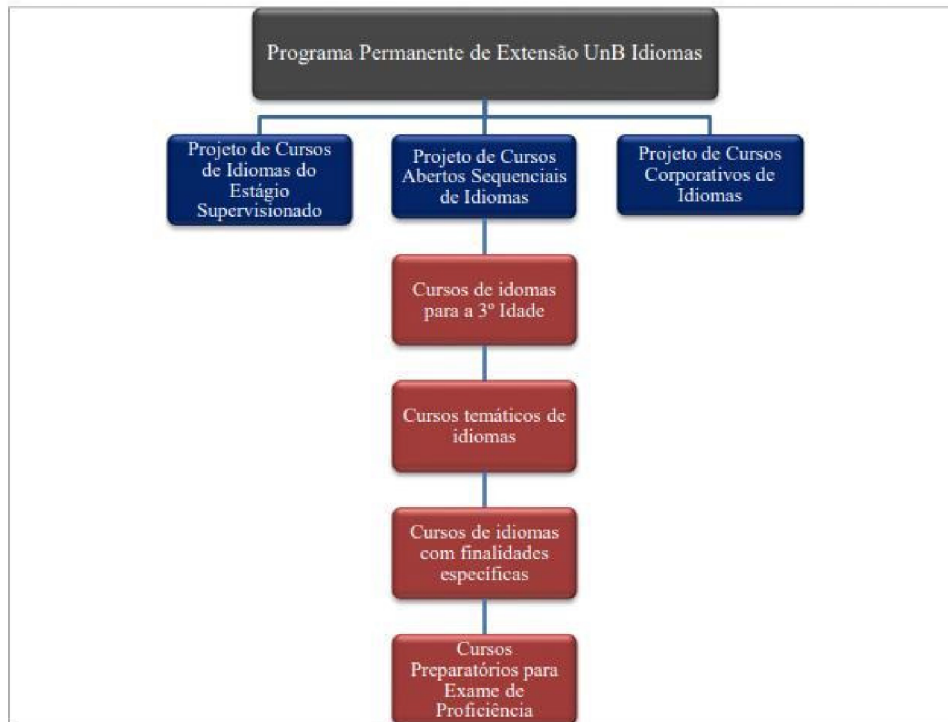
[...]como um grande fortalecedor dos instrumentos de financiamento para a viabilização plena das atividades de ensino, pesquisa e produção científica. O órgão resgatou a responsabilidade da universidade pública de contribuir e realizar projetos que beneficiem sua comunidade universitária e que possam aproximá-la do público externo, criando novas demandas, novos cursos e novos processos de desenvolvimento da educação. (UNB IDIOMAS, 2019)

Outrossim, em sua 522^a reunião, ocorrida em 03/10/2013, a CEX/DEX da UnB recomendou que o Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas fosse consolidado como atividade de ação contínua em razão de tratar-se de atividades de extensão regular já consolidadas na Universidade.

Segundo o site oficial do programa: “Desde sua criação em 2009, o Programa atendeu um total de 50.293 alunos, sendo 26.178 pertencentes à comunidade universitária e 24.115 à comunidade do DF. O índice de satisfação do aluno com os cursos ofertados pelo Programa é de 90,0%, mensurado por meio de avaliação institucional”. Como já referido, o UnB Idiomas oferta atualmente quatorze cursos de línguas estrangeiras, a saber: Alemão, Árabe, Coreano, Espanhol, Esperanto, Francês, Grego Moderno, Hebraico, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, Russo e Turco.

Observa-se que as orientações acadêmicas no UnB Idiomas foram organizadas em três grandes áreas de atuação: Projeto de Cursos de Idiomas do Estágio Supervisionado; Projeto de Cursos Abertos Sequenciais de Idiomas; e Projeto de Cursos Corporativos de Idiomas (ABAD, 2015). Como representados na figura a seguir:

Figura 4: Organização do Programa Permanente UnB Idiomas



Fonte: (ABAD, 2015, p. 63)

É importante ressaltar que, dentre essas áreas de atuação, a UnB idioma apenas disponibiliza aos servidores da instituição, na forma gratuita (bolsistas), os cursos ministrados pela área de Projeto de Cursos Abertos Sequenciais de Idiomas e em um número restrito de vagas que não atende à necessidade de uma universidade internacionalizada.

Entende-se como bolsistas, além dos os estudantes do grupo carente 1 e 2 indicados pelo Decanato de Assuntos Comunitários, servidores professores e técnicos da UnB selecionados pelo Procap (ABAD, 2015, p. 67). Verifica-se que os técnico-administrativos, ainda que de forma limitada, podem se favorecer do programa UnB Idiomas, mas não de forma abrangente como um processo de internacionalização requerido pela Universidade para atender ao objetivo de sua capacitação continuada.

No tocante a expansão de ofertas de cursos do UnB Idiomas para os técnicos não teve alteração no número de vagas destinadas à categoria até 2020, ano que foi feita a pesquisa junto ao site do Programa, permanecendo uma vaga como bolsista por turma. As ações de capacitação em programas linguísticos, recorrente no PI, reforça a importância da adequação da Procap e do UnB Idiomas.

4.3. A Importância da Capacitação Continuada em um segundo idioma dos Técnico-Administrativos para o processo e internacionalização da UnB

A capacitação continuada dos TAEs requer um processo contínuo “de estudo, de reflexão, de discussão, de confrontação e de experimentação coletiva” (DANTAS, 2007, p. 63). Em que todos os atores envolvidos são parte do corpo e tem seu papel a desempenhar (DIAS, 2010). Para isso é necessário a criação de políticas de capacitação efetiva visando estimular o servidor a adotar postura proativa, autorreflexiva, gerando prestação de serviços públicos com mais qualidade, impactando diretamente na sociedade (LACERDA, 2013).

A evolução caracterizada pelo processo de internacionalização e a nova forma de desenvolver as atividades profissionais nas universidades públicas exigem do potencial humano uma contínua necessidade de melhoria da sua capacitação profissional. Nesse ponto, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB estabelece a importância das políticas linguísticas para o desenvolver novas estratégias para a consolidação da UnB em circuitos acadêmicos internacionais:

[...] as diretrizes que devem orientar as políticas linguísticas, de mobilidade, de comunicação, de pesquisa e de cooperação internacionais, com vistas a potencializar as competências já estabelecidas na Universidade, mas também desenvolver novas estratégias para a consolidação da UnB em circuitos acadêmicos internacionais; e 3) detalha objetivos, ações e prazos, correlacionando-os com as atividades acadêmicas e de gestão diretamente implicadas na consecução do Plano de Internacionalização. O projeto CAPES PRINT da UnB, aprovado pela CAPES, apresenta-se em consonância com a Política de Internacionalização da UnB. (PDI/UnB 2018-2022)

A expansão da internacionalização da Universidade requer mais interação com o assunto para o corpo técnico visualizar a importância desse processo no desenvolvimento de suas atividades diárias. Tal realidade pode ser observada nas agendas de pesquisa desenvolvidas nos últimos anos, inclusive nas universidades, mediante a introdução de discussões sobre o novo perfil profissional exigido pelo processo de internacionalização, demandando um processo de inovação tecnológica e de redefinição do papel do servidor público (CESAR, 2012).

Para a adequação aos padrões internacionais, a universidade precisa assumir uma nova postura, principalmente quanto à estruturação e qualificação do perfil profissional dos seus técnicos-administrativos (DIAS SOBRINHO, 2005). Faz-se pertinente que os gestores desenvolvam em um primeiro momento o mapeamento das competências necessárias para um determinado cargo ou função pública. Posteriormente, capacitar os servidores para o exercício dessas funções e encargos, oferecendo um plano de capacitação com cursos e eventos que

pudessem atender às áreas consideradas prioritárias para a gestão, e, posteriormente, a todos os servidores da instituição (NELSON, 2010).

Nesse ponto, destaca-se a necessidade de adaptação às exigências de novos conhecimentos técnicos e habilidades para desenvolver atividades laborativas dentro do ambiente organizacional internacional e a dificuldade de obtenção de pessoal qualificado para atender essas demandas (MOROSONI, 2008).

Como bem explanado por Cesar (2012), a capacitação é o processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais. Nessa linha de pensamento a UnB segue uma nova etapa de internacionalização, por meio do desenvolvimento de competências individuais. O autor relata que

[...] o plano de carreira dos servidores técnicos administrativos fundamentado no princípio da valorização do trabalho humano. O modelo de organização e gestão do PCCTAE busca institucionalizar processos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação, visando a assegurar oportunidades de crescimento profissional e de afirmação social para os servidores técnicos administrativos. Desta forma, o aumento da produção científica e as pressões por padrões de IFES internacional exigido pela CAPES reproduzem-se em pressões ao corpo técnico administrativo, e demandam-se novas habilidades na vida profissional dos docentes e dos TAES da IFES (CESAR, 2012).

A UnB foi taxativa quanto a importância do aprendizado de um segundo idioma para os servidores, tanto no PDI quanto no PI, pela relevância da internacionalização para a Universidade. O desenvolvimento desses profissionais qualificados na universidade exige uma resposta adequada e urgente no sentido de desenvolver as habilidades do seu quadro de servidores, a fim de dar suporte ao processo de internacionalização da instituição não só nos serviços laborais como também estimulando sua busca por conhecimento e agregar valor a Universidade.

A UnB oferta programas para aperfeiçoamento e capacitação em idiomas para seu quadro de servidores, como a UnB-Idiomas. Entretanto, não possuem um conteúdo desenvolvido especificamente às necessidades para os TAEs, e sim para a comunidade acadêmica em geral e a disponibilidade de vagas aos técnicos, apenas na forma de bolsa, sendo insuficiente para atender a demanda de internacionalização.

Atualmente, não é possível quantificar, de forma precisa, o número de servidores técnico-administrativos que necessitam de capacitação profissional em um segundo idioma, haja vista que tais informações não foram catalogadas pela universidade. Também resta

impossibilitada a realização de pesquisas de campo, diante da decretação de pandemia acarretada pela SARS-COVID/19 em meados de março de 2020 (Decreto Nº 10.282 de 20 de março de 2020).

Em 2009, segundo o site oficial do programa, a UnB Idiomas atendeu um total de 50.293 alunos. Apesar de existir a informação de que 26.178 alunos eram pertencentes à comunidade universitária, não há informação precisa de quantos alunos seriam servidores da própria UnB, o que poderia contribuir para estabelecer parâmetros mínimos de demanda.

Contudo, a ausência dessa informação não impossibilita o reconhecimento de que a capacitação profissional do corpo técnico em uma segunda língua reduzirá as suas vulnerabilidades na realização dos trabalhos desenvolvidos e esperados, permitindo a retirada de entraves para o crescimento profissional e do contexto da internacionalização na Universidade de Brasília. Ressalte-se que, ainda que a demanda de servidores fosse mínima, a quantidade de vagas nos cursos de idiomas não atenderia aos objetivos de capacitação continuada estabelecidos pela universidade.

Para a melhor compreensão da capacitação continuada ofertada pela UnB e a demanda existente, faz-se necessário apresentar dados atuais de seu quadro de servidores, principalmente, quanto: a) à quantidade de servidores ativos; e à quantidade de servidores com nível superior.

Quadro 4 - Número de técnico-administrativos ativos por nível e faixa etária, 2018

Nível	Faixa etária						Total
	Até 25 anos	26 a 35 anos	36 a 45 anos	46 a 55 anos	56 a 65 anos	Acima de 66 anos	
Superior	15	482	455	187	130	23	1.292
E	15	482	455	187	130	23	1.292
Intermediário	79	533	435	389	294	38	1768
C	6	39	111	172	89	11	428
D	73	494	324	217	205	27	1340
Apoio	0	0	9	60	30	12	111
A	0	0	2	13	16	2	33
B	0	0	7	47	14	10	78
TOTAL	94	1015	899	636	454	73	3171

Fonte: Extrator de Dados - SIAPE em 07/01/2019/DGP/UnB

As informações extraídas da tabela, em 07/01/2019, demonstram que a UnB possui um total de 3.171 servidores em seu quadro funcional, sendo que 1.292 servidores possuem curso superior, 1.768 servidores possuem nível médio e 111 servidores possuem nível fundamental de ensino.

Nota-se que a demanda por qualificação técnica é crescente. Além disso, embora cerca de 40% dos funcionários da UnB possuem nível superior, não é possível concluir que tais servidores detenham algum domínio em língua estrangeira por não ter registro nos bancos de dados da Universidade de Brasília.

A falta de mensuração da qualificação dos técnicos quanto ao domínio de uma segunda língua pode ser um entrave na formulação de políticas de adequação do perfil para o direcionamento daqueles que atendem e se familiarizam com a internacionalização e o uso de um segundo idioma. Tal fato, contraria sua característica nata de uma universidade internacionalizada e impõe-se como empecilho ao desenvolvimento adequado e eficiente do seu Programa de Internacionalização.

Nota-se que o domínio de uma segunda língua não é uma obrigação do servidor técnico, afinal o certame de contratação da UnB não exige, em seu edital, o conhecimento ou domínio de uma segunda língua (UnB, 2016).

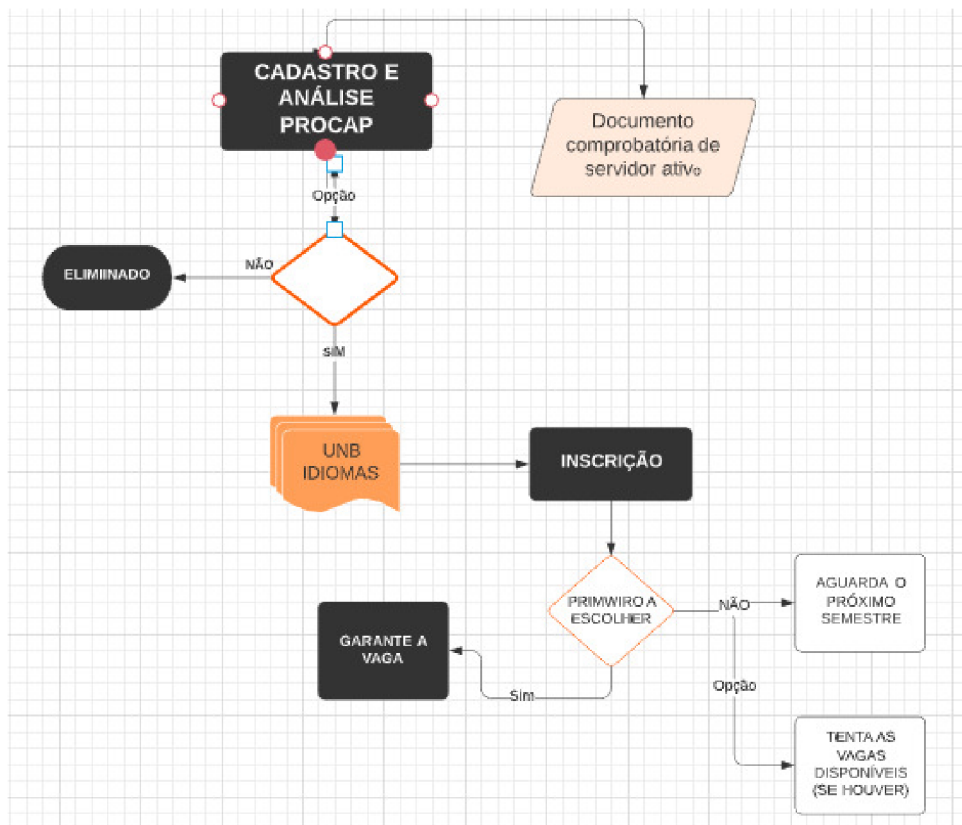
Nesse ponto e a título exemplificativo, no edital nº 03/FUB/2021 para contratação de estagiário para atuação no INT, foi exigido do candidato o domínio avançado em língua inglesa. Entretanto, os servidores públicos da INT, contratados pelo certame nº 1/FUB/2018, que exercem diretamente suas atividades-fim com o auxílio do estagiário não possuem, em regra, o mesmo domínio do idioma. Percebe-se que há uma falta de alinhamento no tocante aos TAEs.

A gama de atividades profissionais exigidas para atender as demandas do Programa de Internacionalização da UnB é significativa, diante de tantos acordos e parcerias vigentes, ou, voltadas para os profissionais e alunos estrangeiros da universidade. O servidor se vê executando um trabalho excedente da natureza do seu trabalho, ou seja, “intérprete impositivo”, sem um preparo da administração superior com diretrizes de políticas de capacitação da Procap voltada para essa necessidade na UnB.

Não há trabalhos ou pesquisas específicas junto a Procap sobre o perfil do servidor da UnB, também não existe documentação apropriada para identificação de habilidades técnicas adquiridas ou desenvolvidas ou sobre o perfil dos servidores para trabalharem na linha de frente no processo de internacionalização como secretarias e assessorias. Essa análise contribuiria para melhor adequação do servidor técnicos interessados ou que tenha o perfil.

As ações de capacitação voltadas para a aprendizagem de um segundo idioma são pouco expressivas para os técnicos, uma vez que no seu PDI e no PI não tem uma estratégia voltada para essa categoria específica. Consta apenas o UnB Idiomas com número irrelevante para o número de servidores, bem como o processo bem complexo e pouco atrativo no acesso às matrículas. Nesse aspecto, o fluxo do processo para garantir uma vaga em cada turma oferecida pelo Programa UnB Idiomas segue um trâmite pouco moroso para os TAEs, como demonstra o quadro abaixo:

Figura 5 - Fluxo de processos para acesso UnB Idiomas – Servidores



Fonte: produção da autora

É possível verificar, com base no fluxograma acima, que as vagas destinadas aos servidores da Universidade são de difícil acesso, pois o servidor precisa enviar documento comprobatório de que está em atividade; aguardar a liberação pela Procap; esperar a data que o UnB Idiomas disponibiliza para a inscrição; e, somente depois desse trâmite, pleitear a tão concorrida vaga para o curso de idioma destinada aos TAEs.

Além disso, os horários das aulas nem sempre correspondem com a disponibilidade do servidor, bem como a localização geográfica nem sempre é acessível, haja vista que existem

polos em todos campi (Darcy Ribeiro, Ceilândia, Planaltina e Gama) e, como extensão, salas disponibilizadas no Setor Comercial Sul. É importante ressaltar que caso o TAE não consiga no horário e polo almejado, restará escolher (se houver) nas turmas restantes ou aguardar a turma do semestre posterior e se submeter novamente ao trâmite explanado acima.

4.4. Análise *Swot*: como ferramenta para o processo de capacitação continuada e desenvolvimento dos TAEs

A complexidade que a universidade possui determina, a exemplo da UnB multicampi, um empecilho na forma como ela direciona suas políticas de gestão para as necessidades e desempenho das atividades meio, como por exemplo: planejar, coordenar, avaliar processos e procedimentos.

Percebe-se que “a gestão da educação, longe de ser um instrumento ideologicamente neutro, desempenha um papel político e cultural específico, situado no tempo e no espaço” (SANDER, 2007, p. 14). A Universidade tem caráter social que se constitui como espaço educativo para o atendimento específico de demandas da vida humana, os processos de gestão também precisam existir, desempenhando seu papel político e cultural.

Para Pinto (2018, p. 22) “a gestão é necessária e se faz com pessoas, inclusive como aspecto mais relevante para modelagem da gestão em consonância com os valores de uma instituição social como a universidade pública”. Promover a valorização e desenvolvimento de pessoas nas universidades é um fator diferencial contribui no atendimento dos resultados esperados, uma vez que:

[...] as concepções de gestão universitária correspondem ao modo de organização da sociedade e seu modo de produção, nos diferentes tempos históricos, e são por eles determinadas. Como o desenvolvimento da sociedade é dinâmico, as teorias e as práticas a elas associadas também se modificam e se materializam com características adaptadas à concretude dos espaços históricos onde se desenvolvem (RIBEIRO, 2013, p. 44).

A capacitação na gestão e desenvolvimento de pessoas nas universidades, como aspecto diferencial, atende às atuais demandas sociais, uma vez que

[...] as concepções de gestão universitária correspondem ao modo de organização da sociedade e seu modo de produção, nos diferentes tempos históricos, e são por eles determinadas. Como o desenvolvimento da sociedade é dinâmico, as teorias e as práticas a elas associadas também se modificam e se materializam com características adaptadas à concretude dos espaços históricos onde se desenvolvem (RIBEIRO, 2013, p. 44).

É preciso que existam estratégias expressivas de ações no quesito Internacionalização para que se possa analisar o Plano de Desenvolvimento Pessoal como uma ferramenta de potencialização da atividade meio da UnB. A gestão dos programas voltados para a internacionalização na UnB necessita de estratégias de capacitação continuada condizentes com a demanda do Processo. Como define Mintzberg,

A estratégia é o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e seqüências de ação da organização em um todo coeso. Uma estratégia bem formulada ajuda a organizar e alocar os recursos de uma organização em uma postura única e viável, baseada em suas competências e deficiências internas relativas, mudanças antecipadas no ambiente e movimentos contingentes por parte dos oponentes inteligentes. (MINTZBERG et al., 2008, p. 28.)

Dentre as ferramentas gerenciais disponíveis, destacamos a Análise *SWOT*. A análise SWOT é um método de apoio a gerência. Nasceu na Escola de Harvard em 1969, sendo até hoje expressiva e recomendada como uma das principais metodologias de análise de casos ao nível da gestão organizacional, servindo de base para a definição estratégica das instituições (Hazzan, Heyd-Metzuyanim, Even-Zahav, & Dori, 2017).

O termo SWOT é um acrônimo proveniente da junção das palavras de origem inglesa: S – *Strengths* (Forças), W – *Weakness* (Fraquezas), O – *Opportunities* (Oportunidades) e T – *Threats* (Ameaças).

Figura 6 – Matriz *SWOT*



Fonte: www.scop.com.br/ imagens

Na concepção de Oliveira, a análise *SWOT* é definida da seguinte forma:

1. Ponto forte é a diferenciação conseguida pela empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (onde estão os assuntos não controláveis pela empresa).
2. Ponto Fraco é a situação inadequada da empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial.
3. Oportunidade é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura.
4. Ameaça é a força ambiental incontrolável pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil. (OLIVEIRA 2007, p. 37)

Dessa forma, a análise *SWOT*, como um instrumento de análise de ambiente, permite aos gestores terem mais coerência nas tomadas de decisões e amplia suas visões diante do contexto estratégico, podendo contribuir para as escolhas das melhores ações de capacitação.

Para Andion e Fava (2002, p. 43) “através da análise dos pontos fortes e fracos, os gestores e suas equipes poderão determinar com mais clareza as prioridades em termos de ameaças e oportunidades existentes no ambiente externo”.

[...] A elaboração inclui a identificação das oportunidades e ameaças no ambiente da empresa e a adoção de estimativas de risco para as alternativas estabelecidas. Antes de escolher entre essas alternativas, o executivo deve identificar e avaliar os pontos fortes e os pontos fracos da empresa e sua capacidade real e potencial de tirar vantagens das oportunidades percebidas no ambiente, bem como de enfrentar as ameaças. O executivo deve considerar, também, a explicitação dos objetivos e das metas a serem alcançados pela empresa, incluindo as maneiras de desenvolver as estratégias e ações necessárias à concretização do processo, respeitando determinadas políticas ou orientações de atuação. (OLIVEIRA, 2007, p. 39)

Percebe-se que o método *SWOT* pode ser realizado para análise dos TAEs da assessoria de direção e as secretarias da Faculdade de Educação em relação à capacitação em um segundo idioma é dada a oportunidade de se olhar tanto para o ambiente interno Universidade através da avaliação das *Strengths* (pontos fortes/forças), como das *Weaknesses* (pontos fracos/fraquezas) e ainda haver um olhar sobre o ambiente externo, ou seja, com recurso à avaliação não só do ambiente em que se insere a UnB, bem como para as práticas implementadas no seio de outras universidades e/ou para os fins que concorrem as atividades correlacionadas à internacionalização, com recurso à avaliação das *Opportunities* (oportunidades) e das *Threats* (ameaças).

4.5 - O ensino de um segundo idioma – Aplicação na modalidade instrumental aos Técnico-Administrativos

Em pleno século XXI, a necessidade de explorar novas metodologias no que se refere ao ensino de língua estrangeira é fundamental para o sucesso do seu processo de apropriação. O tradicionalismo de uma abordagem unicamente gramatical leva a uma desmotivação por parte do aprendiz, pois a rotina pode favorecer o desinteresse (BOAVENTURA, 2007).

Assim, o cenário das pesquisas que dizem respeito ao processo de ensino e aprendizagem de línguas no Brasil tem se modificado de modo significativo ao longo dos anos. Logo, o desenvolvimento da Linguística Aplicada (LA) perpassa por áreas do conhecimento que antes não eram exploradas, pois elas contribuem para a busca de possíveis soluções de problemas no uso da linguagem. afirma:

A sofisticação do conhecimento sistemático sobre os processos (complexos) de aprender e ensinar línguas permitiu aos linguistas aplicados buscar novas ideias e recursos em várias outras ciências de contato: na psicologia, sociologia, linguística (incluindo-se aí a análise do discurso), na pedagogia, estatística e antropologia (BOAVENTURA, 2007).

Finardi e Porcino (2015, p. 110) descrevem que o papel formador da língua adicional se relaciona com o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de ver e entender o outro por meio de outra língua e cultura, enquanto o papel instrumental ou funcional da língua adicional está mais relacionado ao desenvolvimento da capacidade do indivíduo de usar essa língua para se comunicar, acessando e produzindo informação.

Já Rajagopalan (2013, p. 21) define que “Política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou, ainda, instâncias transnacionais maiores”:

Pesquisas demonstram que o ensino de uma língua estrangeira orientada para o desenvolvimento de habilidades específicas tem apresentado excelentes resultados. Aumenta a motivação do aluno pelo rápido aprendizado, tornando-o auto-suficiente para o desempenho de suas funções e incentivando-o a buscar o seu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento. (SEDYCIAS, 2009, s/p)

Entretanto, a exigência de capacitação em uma segunda língua voltada para o mercado de trabalho deve buscar uma abordagem mais prática e dinâmica, desse modo, como é encontrado no ensino de um idioma instrumental.

Assim, o idioma instrumental, também conhecido como técnico ou para fins específicos, possui essa abordagem de ensino baseada na aprendizagem de língua estrangeira e é voltada para atender, sobretudo, às necessidades específicas. O ensino vai estar com foco no conhecimento que o aluno precisará obter para, assim, atuar na situação-alvo. Ele aprenderá o idioma e, então, será capaz de cumprir tarefas peculiares em circunstâncias pré-determinadas.

Nesse contexto, é preciso eleger um idioma que seja capaz de atender a necessidade de comunicação exigida pelo crescente e contínuo processo de internacionalização. O PI da UnB estabeleceu que “o reforço na difusão de línguas estrangeiras, em geral, e do inglês, em particular, entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos é essencial para o pleno desenvolvimento do processo de internacionalização da UnB” (PI-UnB, nd, p. 22).

Além disso, o PI evidencia a necessidade de que os seus servidores possam ter domínio em inglês, seja para suas atividades laborais, seja para as oportunidades de mobilidade, como fatores que contribuem para o desenvolvimento da Instituição.

Sedycias (2009) afirma que um profissional que necessita de contato com clientes estrangeiros, ou deve possuir o conhecimento da língua nativa do cliente em um nível satisfatório ou deverá fazer uso de um terceiro idioma que seja comum para ambos. Segundo o autor, esse desafio é superado normalmente com o uso de uma língua de projeção mundial como é o caso do inglês. Explica Targino e Neyra que o idioma inglês se mostra o mais essencial e básico dos idiomas para o atendimento das atividades laborais, porque não há como afastar a hegemonia deste idioma entre as relações mundiais.

É o inglês a principal língua do controle aéreo, do comércio exterior, dos eventos internacionais, da medicina, da diplomacia, das competições esportivas internacionais, das telecomunicações, da música pop, da informática, da internet, da academia, da cultura de massas, da ciência e tecnologia (C&T). Dois terços dos cientistas escrevem em inglês. Três quartos da correspondência mundial estão em inglês. Dentre as informações disponibilizadas em redes eletrônicas, cerca de 80% são redigidas em inglês. (TARGINO e NEYRA, 2006, pp. 210-211)

Quanto ao ponto de vista dessa modalidade de ensino, o inglês instrumental, desenvolve-se diariamente, tanto do ponto de vista da comunicação acadêmica como nas interações entre os indivíduos e a sociedade. Nesse contexto, SEDYCIAS (2009), argumenta o que é o inglês instrumental e qual seria sua finalidade, de modo a evidenciar que o profissional deve dominar a leitura, interpretação e compreensão da língua inglesa e não realizar uma tradução literal.

O Inglês Instrumental surgiu no final da década de 70 a partir da demanda feita aos departamentos de Letras Anglo-Germânicas ou de Línguas Modernas por cursos de inglês especializados para vários departamentos de ciências pura e aplicada.

Originalmente, o Inglês Instrumental foi concebido e conhecido internacionalmente como "ESP" (English for Specific Purposes, ou seja, "Inglês para Fins Específicos"), onde a finalidade da leitura era direcionada para as diferentes áreas de atuação do aluno, e era geralmente voltada para ciência e tecnologia. Em algumas universidades, essa disciplina era oferecida como Inglês Técnico. O objetivo era a leitura, interpretação e compreensão de textos e não a conversação ou tradução integral dos textos estudados. Com o passar do tempo, a técnica ESP passou a ser denominada de Inglês Instrumental e adquiriu um enfoque mais geral naquilo que se refere à escolha dos textos por área específica. (SEDYCIAS, 2009, s/p)

Para Dudley-Evans & St John (1996), o inglês instrumental difere da metodologia utilizada no ensino de inglês para fins gerais. No ensino instrumental, o professor tem um papel de consultor/orientador e o aluno, por sua vez, contribui para o aprendizado com os aspectos específicos de sua área de atuação. Segundo Kennedy & Bolitho (1984), acrescentam que o ensino de inglês instrumental possui dois pontos centrais: o aprendiz e a mudança de visão de linguagem. O foco do ensino não se restringe ao aprendizado das regras gramaticais, mas volta-se ao conjunto de funções da língua para atender interesses específicos.

Essa é uma área de estudo da língua inglesa para atender um determinado setor profissional (GALAOR, 2012). A escolha do inglês instrumental se dá em razão de a modalidade ser de curta duração e com finalidade específica. O Inglês instrumental permite, ainda, que a capacitação seja célere, objetiva e de maior comprometimento do servidor-aluno que se identifica com a importância da internacionalização para o seu crescimento e visão.

Apesar de o inglês instrumental ser ofertado como curso regular no UnB idiomas, o curso busca atender a demanda da comunidade em geral, acadêmica ou não. Todavia, esse curso não foi direcionado e pensado para responder de forma específica ao projeto de internacionalização da UnB e de seus servidores. Confirma-se o quadro de oferta do inglês instrumental para a comunidade em geral:

Quadro 5 - Oferta do inglês instrumental UnB Idiomas

Carga horária	Cursos
45 horas-aula presenciais	Alemão, Coreano, Espanhol, Esperanto, Francês, Grego Moderno, Hebraico, Inglês, Inglês Instrumental 1 e 2 e para concurso, Inglês Advanced Conversation, Italiano, Russo, Turco e preparatório DELE*
36 horas-aula presenciais	Temáticos
60 horas-aula presenciais	Japonês, Chinês – Mandarin, Preparatório para o TOEFL, DELF B2.

Fonte: UnB Idiomas (www.unbidiomas.unb.br)

No contexto da internacionalização da UnB, faz-se necessário uma observância mais atenta à capacitação do seu corpo técnico na difusão do idioma inglês na modalidade instrumental. Para isso, foi utilizado a ferramenta de gestão análise SWOT, a fim de mensurar o grau de engajamento e viabilidade de aplicabilidade da modalidade instrumental aos técnicos da FE.

Um fator relevante para o processo de internacionalização no quesito desenvolvimento da capacitação linguística é a vantagem de o UnB Idiomas já ofertar o inglês instrumental, não requerendo novos investimentos para a criação dessa modalidade. Esse fator positivo reforça ainda mais para a implantação dessa modalidade aos servidores técnico-administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma detalhada análise do processo de internacionalização na UnB e seus impactos nas atividades e nas necessidades profissionais dos TAEs, verificou-se a necessidade de oferecer um curso de capacitação continuada em um segundo idioma. O trabalho de pesquisa foi direcionado aos técnicos administrativos que trabalham diretamente com a pós-graduação na UnB desde o início do programa de internacionalização em implementação pela Universidade.

Ao apreciar a literatura sobre a globalização foi possível perceber a sua influência nas políticas e práticas nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial na UnB e sua busca por atender sua inserção no mercado mundial. Restou demonstrado que a UnB é uma instituição que nasceu internacionalizada, buscando estar aberta às principais demandas do Brasil e do mundo.

A UnB, de forma didática e precisa, criou o PI no PDI e no PPPI, os quais permanecem vigentes, foram apontadas as estratégias para o atingimento das metas de internacionalização da UnB. Verificou-se que Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) reconheceu a necessidade de capacitação técnico-administrativo da Universidade na sua atuação internacional.

Constatou-se, ainda, que o processo de internacionalização da UnB apresentou desafios multilinguismo para o corpo técnico-administrativo que, para atender essas novas demandas, viu-se carente de capacitação em língua estrangeira adequada e específica, em especial, o inglês em que a Universidade enfatizou em seu PI. A importância do desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo possui íntima ligação com os processos para uma Universidade internacionalizada, expressiva e atuante.

Com intuito de eleger o idioma adequado para atender as necessidades da UnB, optou-se pela língua inglesa, uma vez que esta, num primeiro momento, atenderia a necessidade de comunicação exigida pelo crescente e contínuo processo de internacionalização. Aliás, ressaltou-se que a capacitação em uma segunda língua deveria ser realizada na modalidade instrumental como consta em seu PI.

Para realizar a análise da viabilidade do produto sugerido para os TAEs da Universidade e colaborar na coleta de informações, foi utilizada a ferramenta de gestão matriz SWOT, de modo a estabelecer seus pontos fortes e fracos para a implementação do curso de inglês instrumental. Chegou-se a um produto, qual seja, capacitação continuada para os técnico-administrativos para terem maior oportunidade de adquirir conhecimento e usufruir de oportunidades de crescer profissionalmente e pessoalmente como o domínio do inglês pode

proporcionar. Desse modo, com a implementação de um curso de inglês instrumental básico específico, o servidor técnico poderá ter condições de ler e compreender textos em inglês, além de se comunicar nessa língua com o público estrangeiro, bem como oportunizar a mobilidade do servidor para trocas de experiências em países de cultura diferente, agregando os anseios da Universidade.

Para a implantação do produto, foi apresentado como sugestão o engajamento de áreas e setores da própria instituição. Como, as parcerias internas entre a Procap, Faculdade de Letras, Decanato de Extensão, a Assessoria de Assuntos Internacionais e Faculdade de Educação, cada um desses parceiros pode contribuir de forma específica e pessoal para o desenvolvimento do produto.

O produto deveria ser implementado em um projeto-piloto iniciado na Faculdade de Educação, utilizando-se as linhas básicas de ensino estabelecidas no programa permanente de extensão de ensino do UnB Idioma, que já conta com estrutura didática e pedagógica necessária para a ministração das aulas na modalidade instrumental, bem como o material didático exigido para o curso.

Diante do exposto, foi possível alcançar o propósito inicial do trabalho, no sentido de que a formação continuada em língua estrangeira para o corpo técnico-administrativo é de grande relevância para o processo de internacionalização da Universidade de Brasília. Não somente para a UnB, mas especialmente ao servidor técnico-administrativo que se veja engajado na internacionalização e possa, com essa iniciativa ansiar por voos maiores, oportunizando suas ambições além das suas atividades laborais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Maristela. *Extensão Universitária e sua Eficácia: estudo de caso do UnB Idiomas*. 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 41-67, 2005.

ARGUIN, Gerárd. *Planejamento Estratégico no Meio Universitário. Estudos e Debates*, 16. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1989.

ALTBACH, Philip G. Perspectives on Internationalizing Higher Education. *International Higher Education*, nº 27, Spring 2002. Acesso em: Agosto/2004.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 22, n. 3, p. 614-632, 2017.

ANDION, Maria Carolina, FAVA, Rubens, *Gestão empresarial / Fae School*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, 2002.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de et al. *Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos*. Interação, v. 38, n. 2 (maio/ago), p. 273-291, 2013.

AZEVEDO, Mário Luís Neves de. *Integração Regional e Educação Superior: regulações e crises no Mercosul*. In: Eliza Bartolozzi, 2009.

BASTOS, Carmen Célia Barradas Correia. ETD – *Educação Temática Digital*, Campinas, v.9, n. esp., p.95-106, dez. 2007 – ISSN: 1676-2592.

BOAVENTURA de Sousa; NAOMAR de Almeida Filho. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Almedina, 2008.

BRANCO, Luiza Szczerbacki Castello. O planejamento estratégico no setor público brasileiro. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, v. 1, n. 1, p. 173-182, 2014.

BRANCHER, Naiana; SANTOS, Maria Elisabete Mariano dos. O domínio das línguas estrangeiras e o profissional de secretariado executivo bilingue. *Secretariado Executivo em Revista*, v. 3, (2007). 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006*. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: Acesso em: 07/08/19.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011*. Institui o Programa Ciência Sem Fronteiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm

BRASIL. *Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009*. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 03 ago.2020.

BRASIL. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Acesso em: 03 ago.2020.

BRASIL. *Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Acesso em: 03 ago.2020.

BUARQUE, Cristovam. *Uma ideia de universidade*. UnB-Assessoria de Comunicação Social, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BORGES, Rovênia Amorim; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. *A língua inglesa no Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização*. Interfaces Brasil/Canadá, v. 16, n. 1, p. 72-96, 2016.

CANDEAS, Alessandro. Educação e política externa: por uma parceria diplomacia universidade. In Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. (orgs.) *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política*. FGV, 2011, p. 181-202.

CAPES. *Programa Institucional de Internacionalização 2018*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>, acesso em Novembro 2020.

CAPES. *Um Programa Especial de Mobilidade Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação*, 2011. Ministério da Educação. Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/CienciasemFronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf, acesso em Novembro 2020.

CASTIONI, Remi; MELO, Adriana Almeida Sales de. *Universidades do Brasil, da Espanha e da Itália na Pandemia da Covid-19 numa perspectiva comparada*, 2020.

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antônio Cabral. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista lusófona de educação*, v. 21, n. 21, p. 69-96, 2012.

CAVALCANTI, B. S. *O Gerente Equalizador. Estratégias de Gestão no Setor Público*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAVALCANTE, K. O, SILVA, A. Barbosa da. *As Implicações da Capacitação nas Crenças de Auto eficácia de Servidores Técnico-Administrativos de uma Instituição Federal de Ensino Superior*. ENAPG. Salvador/BA. 18 a 20 de novembro de 2012.

CESAR, Cecília Estela Ferreira da Silva. *Estratégias para redução da evasão em curso de capacitação de técnico em Instituição Federal de Ensino Superior*. Universidade de Brasília-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-FACE/PPGA. Brasília/DF. 2012.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 2, n. 1, p. 118-137, 2016.

CHERMANN, Luciane de Paula. *Cooperação Internacional e universidade – uma nova cultura no contexto da globalização*. São Paulo; EDUC, 1999.

CRUZ, Aline Pecorari. Programa Erasmus: paradigma para o Mercosul. In: *VIII Congresso*, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio; DE GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. Zahar, 1986.

DANTAS, André Lucas Nogueira; DE OLIVEIRA, João Paulo; DA ROCHA sa, Magnolia Maria. *Linux Educacional: Desafios da formação continuada dos docentes nas escolas públicas*. 2007.

DAVIES, John; COMRIE, Bernard. Uma pesquisa linguística do Upper Yuat. *Papers in New Guinea Linguistics*, v. 22, p. 275-312, 1985.

DE WIT, Hans. Reconsidering the Concept of Internationalization. In: *International Higher Education*. Boston. December, 2013.

DIAS Sobrinho, J. Educação Superior, globalização e democratização. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED. v.28, 2005, p. 164-173.

DIAS Sobrinho, José. "O processo de Bolonha." *ETD-Educação Temática Digital* 9.esp. (2007): 107-132.

DIAS, José. O processo de Bolonha. *Universidade Contemporânea – Políticas do Processo de Bolonha*. Campinas: Mercado de Letras, p. 131-154, 2009.

DIAS Sobrinho, José. "Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão." *Educação & Sociedade* 31.113 (2010): 1223-1245.

DOS SANTOS, Marcos Pereira. Importância do domínio de línguas estrangeiras pelos profissionais de secretariado executivo para atuação no mercado de trabalho em tempos de globalização: uma abordagem crítico-reflexiva. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 3, n. 1, p. 94-108, 2012.

DUDLEY-EVANS & M. J. ST. JOHN (1996) Report on Business English: a 455 review of research and published teaching materials. *TOEIC Research Report number 2*. Princeton, Educational testing Service, 1996.

_____. *Developments in English for Specific Purposes - A multidisciplinary approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. ENAP [Internet] <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1422> Decreto 5707/2006

FINARDI, Kyria Rebeca; PORCINO, Maria Carolina. O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil. *Horizontes de Linguística Aplicada* 14.1 (2015): 109-134.

FINARDI, Kyria Rebeca; SANTOS, Jane Meri; GUIMARÃES, Felipe. A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências da coordenação de letramento internacional de uma universidade federal. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 16, n. 1, p. 233-255, 2016.

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa qualitativa*. Porto Alegre. Bookman; Artmed. 2009.

GALAOR Bortoleto. *Técnicas de Leitura. Skimming e Scanning*. Disponível em < <http://www.galaor.com.br/tecnicas-de-leitura>. Acesso em: 15 jul. 2012

GARCÍA GUADILLA, Carmen. Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior: Interrogantes para América Latina. *Cuadernos del CENDES*, v. 22, n. 58, p. 1-22, 2005.

GROCHOCKI, Luís Filipe de Miranda. *A contribuição da Capes para a internacionalização das engenharias no Brasil: o caso do Programa Brafitec*. 2016.

HAZZAN, Orit et al. *Application of Management Theories for STEM Education: The Case of SWOT Analysis*. Springer, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Dados do censo da educação superior: as universidades brasileiras*. Acesso em: 13 de out. 2018.

JORDÃO, Clarissa Menezes. A língua inglesa como commodity: Direito ou obrigação de todos. *Conhecimento local e conhecimento universal*, v. 3, n. 1, p. 272-295, 2004.

KENNEDY, Chris; BOLITHO, Rod. *Inglês para fins específicos*. Macmillan Pub Limited, 1984.

KNIGHT, Jane. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. *Internationalisation of European Higher Education*. Berlin: Raabe, (2010).

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*. Sage Publications, v. 8, n.1, spring 2004, p. 5-32.

LACERDA, Josiane Auxiliadora. *Capacitação e o perfil dos servidores públicos: um estudo descritivo de uma Universidade Federal mineira*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Lavras, 2013. Acesso em: 20 ago. 2020.

LAREDO, Íris Mabel. Transfondo político de los procesos de integración. In: MOROSINI, Marília et alii. *Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios*. São Paulo: Cortez; 1994.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internationalization of Higher Education in Brazil. In: DE WIT, H. et al. *Higher education in Latin America: the international dimension*. Washington: The World Bank, 2005.

LAUS, S. P. *A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2012, p 55-97).

LIMA, L. C. (2002). Modelos Organizacionais de Escola: Perspectivas Analíticas, Teorias Administrativas e o Estudo da Ação. In L. M. Machado & N. S. C. Ferreira (Org.). *Política e Gestão da Educação. Dois Olhares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, pp. 33-53.

LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V; GONZÁLEZ MEDIEL, O. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-339, jul. 2016.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 14, n. 3, p. 583-610, 2009.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MARCOVITCH, J.; VASCONCELLOS, E. Técnicas de Planejamento Estratégico para Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento. *Revista de Administração*, v. 12, n. 1, p.61-78, 1977.

MARIN, J.C. The impact of strategic planning and the balanced scorecard methodology on middle managers' performance in the public sector. *International Journal of Business & Social Science*, v. 3, n. 1, 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV/Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294-309.

MARQUES, Regina Coeli Andrade; CONCEIÇÃO, Maria Hosana. Internacionalização do Ensino, da Pesquisa e Inovação: estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB). *Cadernos de Prospecção*, v. 13, n. 1, p. 66, 2020.

MERCOSUL. *Primeiro relatório sobre a aplicação do direito do MERCOSUL pelos tribunais nacionais*. Montevideo: Secretaria do MERCOSUL, p. 125, 2005.

MINTZBERG, Henry et al. *O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MOROSINI, Marília & LEITE, Denise. *Universidade e integração no MERCOSUL*. São Paulo: Cortez, 1992.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, Marília. *Internacionalização da Educação Superior no Brasil Pós LDB: O impacto das sociedades tecnologicamente avançadas*. p. 227-285. In: BITTAR, 2018.

MOROSINI, Marília. Algumas teses sobre a integração universitária no MERCOSUL. In: *América Latina: conflito e integração*. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da URGs*. Vol. 17, 1994.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, p. 22-42, 2009.

NAIDOO, V. International education: a tertiary-level industry update. *Journal of Research in International Education*, London, v. 5, n. 3, p. 323-345, 2006.

NELSON, Luiz Carlos Nóbrega. *Texto para discussão 14: Capacitação e afastamento de servidores públicos da união: Distinção e aplicação combinada dos institutos jurídicos existentes*. 2010.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MOROSINI, Marília Costa. *Cooperação universitária no Mercosul*. Em aberto. Brasília, DF, 1995.

NEVES, Clarissa E. B. Limites e possibilidades da integração entre universidades. In: *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.

NOGUCHI, Luiza Freire. SANDER, BENNO. *Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento*. Brasília: Liber Livro, 2007. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 1, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULINO, Luis Antonio. O papel dos institutos Confúcio no Brasil durante no período 2008-2018. *Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, v. 1, n. 2, p. 173-193, 2019.

PECI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 46, p. 39-55, 2008.

PHILLIPSON, R. (2009) English in higher education: Panacea or pandemic? In: P. Harder (Ed.), *Angles on the English-Speaking World: English in Denmark: Language policy, internationalization and university teaching*, 9, 29-57.

PINTO, Kleber Monteiro. *Capacitação, Participação e Reconhecimento Social um Estudo de Caso Sobre o Planejamento da Capacitação do Técnico Administrativo da Universidade do Estado da Bahia*. 2018.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; et al. (Org.) *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-142.

REIS, Marilise Luísa Martins dos. *A universidade pública em crise: dilemas e desafios frente à globalização e ao Mercosul*. 2001.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Universidade para quê?* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. In: *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural*. 1991. p. [256]-[256].

RIBEIRO, Darcy (1961). *Universidade de Brasília*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP-MEC, vol. XXXVI, nº 83.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pós-Graduação-Metodologia-Pesquisa Social: Métodos e Técnicas-Métodos Quantitativos e Qualitativos*. Capítulo 5. Editora ATLAS SA: São Paulo, 2017.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; BRITO, Silvia Helena Andrade de; PAIVA, Flávia Melville. O processo de internacionalização na/da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 5, p. 1-28, 019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653819/19207>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e a universidade. *Revista Lusófona de Educação*, v. 24, n. 24, 2013.

SANTOS, Milton. *A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas*. Terra livre, n. 9, 2015.

SAVIANI, Nereide. *Escola e luta de classes na concepção marxista de educação*. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 3, n. 1, p. 7-14, 2011.

SEDYCIAS, J. *Breve histórico do ensino do inglês instrumental no Brasil*. **Blog Descomplicando o Inglês, 2009**. Disponível em: <<http://descomplicandoingles.blogspot.com.br/2009/02/breve-historia-do-ensino-doingles.html>>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Wanderley da. *A capacitação de técnico-administrativos no mestrado profissional em economia: uma análise da experiência da Universidade de Brasília (UnB)*. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24553>> Acesso em: 18 out. 2020.

SOUZA, Lanara Guimarães de. *Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil*. 2015.

TARGINO, M. G.; NEYRA, O. N. B. Dinâmica de apresentação de trabalhos em eventos científicos. *Informação & Sociedade: Estudos*. v. 16, n. 2, p. 13-23, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/621/1473>>. Acesso em: 10/03/2019.

UNESCO. *Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação*. Conferência Mundial sobre a Educação Superior. Paris. In: *Universidade e Sociedade*, n. 17, ANDES-SN, nov. 1998.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Anual de Capacitação da Universidade de Brasília 2020*. Disponível: <http://www.capacitacao.unb.br/PDP> 2020. Acessado em 21/07/2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Relatório de Gestão 2016 - UnB*. Disponível em http://www.unb.br/images/processos_contas_anuais/Relatorio_de_Gestao_2016.pdf. acessado em 25/10/2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano de desenvolvimento Institucional 2018* [Internet]. Disponível em: http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/legislacoes/Plano_de_Desenvolvimento_Institucional_2018-2022.pdf, Acessado em: 25/10/2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Estatuto e Regimento 2011*. Disponível em: http://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/regimento_estatuto_unb.pdf. Acesso em: 29/06/2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Assessoria de Assuntos Internacionais, INT. Relatório de Avaliação da INT – 2017*. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO, Brasília, DF, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Assessoria de Assuntos Internacionais, INT. Relatório de Gestão da INT – 2018*. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO. UnB, Brasília-DF, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Assessoria de Assuntos Internacionais, INT. Plano de Internacionalização da UnB. Publicado em: 12 maio 2018b*. Disponível em: <http://www.int.unb.br/br/institucional/plano-de-internacionalizacao>. Acesso em: 21 jun. 2019.

VIEIRA, M.M. *A mobilidade como competência: formação das elites e o Programa Erasmus*. Texto apresentado na *European Conference on Educational Research (ECER)*, Universidade de Ghent, set. 2007.

VILLELA, Jorge Antonio. *Internacionalização do ensino superior: um estudo de caso na Universidade de Brasília–UnB*. 2018 (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190480>). Acesso:23/03/2020

NOTA TÉCNICA 01/2021 - PROJETO: Capacitação em Línguas Estrangeiras (Inglês) na Modalidade Instrumental para os Servidores Técnico-Administrativos da UnB.

Mestranda em Gestão e Políticas Públicas em Educação do Programa Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da UnB, venho por meio desta nota apresentar sugestões destinadas à qualificação continuada em um segundo idioma (Inglês) na modalidade instrumental para os técnico-administrativos (TAEs) desta Universidade.

Nos quatros anos em que estou fazendo parte do quadro de servidores como administradora na Faculdade de Educação (FE) da UnB, deparei-me com a importância dos processos de internacionalização para a Universidade. Tais experiências despertaram em mim o desejo de desenvolver uma ação que pudesse diminuir as lacunas da deficiência nos programas linguísticos destinados aos servidores técnico-administrativos, como mencionado ao longo do Plano de Internacionalização (PI) da UnB.

Ao ingressar no Mestrado Profissional, em 2019, percebi que poderia, de alguma forma, dar voz aos que atuam nas atividades meio da UnB. Com apoio da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Adriana Almeida Sales de Melo que se sensibilizou com a temática e viu nesse projeto a oportunidade de contribuir de alguma forma para melhorias organizacionais na UnB, bem como para a categoria laboral à qual pertencço. O objetivo desta nota é colaborar para diminuir os entraves no tocante à língua estrangeira para melhor comunicação para o processo de internacionalização.

O conhecimento de uma segunda língua diante da internacionalização é essencial, sendo necessário um afinamento entre políticas de internacionalização e políticas linguísticas (FINARDI, 2015). Dessa forma, o uso da língua inglesa como idioma internacional em um espaço imaginário de aceitação, de igualdade de acesso à informação nas universidades mais conceituadas exigem que as produções literárias sejam em inglês para terem maior visibilidade e aceitação no mundo acadêmico (JORDÃO, 2004).

A partir dessas informações iniciais, foram realizadas pesquisas na base de dados Scielo, Google acadêmico, Capes Periódicos e acervos da UnB, a fim de tomar conhecimento sobre estudos realizados nessa temática. Como resultado, foram encontrados vários artigos mostrando a importância dos programas linguísticos para o melhor desenvolvimento do processo de internacionalização nas universidades, em especial, a Universidade de Brasília.

Assim, surgiu um desejo em explorar o PI vigente na UnB que ressalta, em vários trechos, a necessidade de expansão dos programas de línguas da UnB Idiomas. A pesquisa foi caracterizada como de natureza qualitativa, com estudo exploratório e descritivo, com análise documental e de conteúdo que versem sobre: globalização, internacionalização, capacitação, programas linguísticos e a ferramenta de gestão Análise Swot.

O curso de capacitação continuada em língua inglesa na modalidade instrumental aos técnico-administrativos sugerido como produto nesta nota técnica se baseou no PI da Universidade. Quanto à escolha do idioma inglês, destaca-se do seu Plano que “o reforço na difusão de línguas estrangeiras, em geral, e do inglês, em particular, entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos é essencial” (Plano de Internacionalização-UnB, nd, p.22). Ainda que a maioria dos seus alunos estrangeiros sejam oriundos de países vizinhos em que o espanhol prevaleça, a escolha da língua inglesa visa atender sua internacionalização na visão global. Isso não impossibilita de estender a proposta ao espanhol para estreitar os laços com os países vizinhos.

No tocante a modalidade instrumental do ensino do inglês, o PI evidencia que “será incentivada a participação de docentes internacionais – membros permanentes do corpo acadêmico da UnB –, na criação de cursos instrumentais de línguas estrangeiras” (Plano de Internacionalização-UNB, nd, p.29). É importante destacar que o inglês instrumental foi criado para fins específicos (*English for Specific Purposes*) para atender um determinado setor profissional (GALAOR, 2012). Resta evidenciado que o Inglês instrumental permite, ainda, que a capacitação seja célere, objetiva e de maior comprometimento do servidor-aluno que se identifica com a importância da internacionalização para o seu crescimento e visão.

Com a relação à capacitação continuada, a UnB considera a necessidade de capacitar os servidores como parte integrante da internacionalização em casa. As demandas por um servidor com domínio em inglês estão evidenciadas em seu PI quanto à ação de “reformulação da página web da INT (português – inglês)”, concentrando todas as informações relativas à internacionalização (PI-UnB, nd, p.32). Outro exemplo destacado no seu Plano sobre essa necessidade: “disponibilização de página web do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) em inglês e espanhol” (PI-UnB, nd, p.34).

Nessa visão, é preciso incentivo para capacitar e qualificar os TAEs frente às exigências de profissionais qualificados para responder às demandas impostas por atores nacionais e internacionais. Ainda que a prevalência das ações descritas no PI se refira aos docentes e discentes. É importante ressaltar que a capacitação dos técnicos em um segundo idioma, seja

para suas atividades laborais, seja para as oportunidades de mobilidade, como citado em seu Plano, sendo fator que contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como mostram-se de grande relevância para o crescimento da Instituição.

Para verificar a viabilidade da implantação do produto sugerido, realizou-se a análise gerencial, uma vez que não foi possível fazer a análise de campo, nem tão pouco as entrevistas com os servidores e os setores envolvidos com a internacionalização na UnB, uma vez que estamos no momento delicado de Pandemia da COVID-19.

Diante desse cenário, utilizou-se a ferramenta de gestão Análise *Swot* que é capaz de apontar no aspecto interno da instituição, suas forças e fraquezas, e, no seu aspecto externo, suas oportunidades e ameaças. Para colaborar na coleta de informações, foram utilizados os sites das seguintes instituições: MEC, UnB, Ipea, Capes-PrInt, UnB Idiomas, Procap e DEX/UnB. As informações disponíveis permitiram a elaboração do quadro da matriz SWOT da UnB para a análise da viabilidade de implementação do curso de idioma na modalidade instrumental para os técnico-administrativos.

Quadro 6 – Matriz SWOT - UnB

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
	FORÇA	FRAQUEZAS
Interna (Organização)	<ul style="list-style-type: none"> . Ampla divulgação do cronograma de acesso à matrícula . Unb Idiomas e estrutura . Gratuidade do curso . Localização geográfica (4 campi) . Parceria 	<ul style="list-style-type: none"> . Baixa motivação dos servidores técnicos . Baixa divulgação da internacionalização no seu corpo técnico . Baixa cooperação entre órgãos internos . Morosidade nos processos internos . Falta de capacitação continuada e específica aos servidores técnicos
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Externa (ambiente)	<ul style="list-style-type: none"> . Parceria Capes-Print . Parcerias com organizações internacionais . Localização geográfica (embaixadas e instituições representativa de órgãos internacionais) . Reconhecimento externo da sua natureza 	<ul style="list-style-type: none"> . Orçamento . Burocracia governamental . Instabilidade nas políticas públicas

Fonte: produzido pela autora

Diante do cenário da Matriz *Swot* da UnB, destaca-se:

Fatores positivos internos (Força):

- Localização geográfica: a UnB possui 4 campi (Darcy Ribeiro/Brasília, Planaltina, Gama e Ceilândia) distribuídos de maneira estratégica no Distrito Federal, o que permite o acesso dos servidores que residem em suas proximidades ou do seu polo de trabalho;

- UnB Idiomas e sua estrutura: é um fator que se destaca por já haver o programa permanente de línguas e este já ofertar o curso de inglês instrumental, bem como a estrutura para ministração das aulas e professores qualificados.
- Gratuidade do curso: esse quesito é fator que estimula a participação dos servidores, uma vez que não onera no orçamento do corpo técnico-administrativo;
- Parcerias Internas: a UnB possui a facilidade em realizar parceria com apoio do Decanato de Extensão (DEX) entre as faculdades, institutos e órgãos internos. Outro fator positivo foi a criação Comissão de Políticas Linguísticas da UnB para implementar a internacionalização que tem interesse direto como destacado em seu PI: “definir o planejamento e a gestão do ensino de línguas com base na identificação das necessidades inerentes à instituição para estruturar a oferta de cursos de línguas”, (Plano de Internacionalização-UnB, nd, p. 28); e
- Ampla divulgação do programa: a publicação interna é ampla: possui diversos modelos de divulgação dos seus produtos, entre outros: UnB Informe, e-mails, site do UnB Idiomas e redes sociais.

Fatores negativos internos (Fraquezas), evidencia-se:

- Baixa motivação dos servidores técnicos, o servidor não se percebe no processo de internacionalização, uma vez que a interação da INT com o servidor não é expressiva. Não há registro, além da 1ª feira de internacionalização em 2017, de ações desenvolvidas pela INT para evidenciar a importância do servidor técnico no processo de internacionalização e despertar o interesse no aprendizado em outro idioma para contribuir com o Plano. Outro ponto fraco que desestimula o servidor é o processo de matrícula, citado no texto, das ofertas de cursos do UnB Idiomas. O TAE precisa percorrer trâmite para se candidatar a uma vaga e contar com a sorte para conseguir a vaga no campus, no horário almejado e no idioma escolhido. Vale acrescentar ainda que os cursos ofertados são de longa duração, em média 4 anos;
- Baixa divulgação do programa de internacionalização no seu corpo técnico: não é percebido no departamento responsável (INT) ações efetivas de interações do corpo técnico para que eles se percebam parte do processo, uma vez que as ações são mais voltadas aos docentes e discentes, não potencializando a real importância da atividade meio no contexto internacional. O PI incumbe à INT o

papel de dar mais visibilidade ao Plano: “adquirindo mais visibilidade na comunidade acadêmica (interna e externa) e ampliando suas atividades nas áreas de cooperação, intercâmbio, programas especiais, eventos e comunicação”. Há um movimento significativo da INT na visibilidade externa da UnB, em que é crescente o número de parcerias e mobilidade, porém as ações voltadas ao corpo técnico são pouco expressivas para ter o engajamento necessário dos servidores;

- Baixa cooperação entre órgãos internos: as ações no tocante à capacitação linguística dentro da UnB tem pouca interação entre as faculdades e órgãos para juntos despertar programas que fomentem a internacionalização;
- Morosidade nos processos internos: essa fraqueza perpetua nos processos das universidades por ainda caracterizar uma administração burocrática com leve perfil gerencial, em que os trâmites dificultam a realização de ações mais céleres e eficazes. Vale ressaltar que a gestão gerencial é o desejo da UnB; e
- Falta de cursos direcionados especificamente aos servidores do inglês instrumental pela UnB Idiomas: não há políticas linguísticas voltadas especificamente ao corpo técnico direcionado para a internacionalização no UnB Idiomas, visto que o Inglês instrumental ofertado pelo Programa é genérico. A adoção de uma segunda língua de trabalho deve estimular acadêmicos a se internacionalizar e favorecer a mobilidade para fora e para dentro da instituição. Essa perspectiva da UnB reflete na necessidade de capacitação de servidor nas suas atividades laborais.

No tocante ao ambiente externo, as oportunidades são:

- Parceria com a Capes-PrInt: esse programa da Capes/MEC proporciona amplitude para a internacionalização da UnB, uma vez que estimula a formação de redes de pesquisas internacionais e fomenta a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional;
- Localização geográfica (proximidade embaixadas e instituições representativas de órgãos internacionais): por ser situada na Capital e estar perto de embaixadas e organizações internacionais, proporciona acordos e ações de mobilidade e eventos na UnB;
- Reconhecimento externo da sua natureza: a UnB nasceu internacionalizada, possui diversas relações com outros países e instituições internacionais, bem como acordos de cooperação. Sua visibilidade no contexto internacional permite

maior interação com outras culturas e línguas, mostrando com isso a importância da capacitação linguística de todos envolvidos (docentes, discentes e técnico-administrativos).

Corroborando, em seu PI expõe que “o aumento da visibilidade da Universidade nos rankings internacionais e a consolidação e institucionalização dos projetos internacionais de pesquisa que se baseiam em parcerias sólidas” (Plano de Internacionalização, nd, p. 40). São mais de 268 acordos firmados com a Universidade, essas ações geram aumento na mobilidade, oportunizando para o servidor expandir sua visão e agregando valores à UnB, uma vez que a mobilidade pode ser destinada também ao corpo técnico.

Por fim, a matriz Swot da UnB traz as ameaças externas:

- Orçamento, com as políticas de gestão do governo federal pouco incentivadoras, vários cortes sofridos ao longo do tempo. E a realidade hoje não é diferente, continua na tendência decrescente de incentivos do Governo Federal que enviou ao Congresso Nacional uma proposta de orçamento para 2021 com um corte de 19% nos recursos destinados ao Ministério da Educação (MEC) e que as universidades federais devem sofrer um corte de 18,2% em seus orçamentos de custeio e capital. Com restrição orçamentária pode sofrer diminuição de incentivos à qualificação dos servidores ao Programa UnB Idiomas.
- Burocracia governamental: é uma ameaça porque a morosidade dos trâmites internos, mesmo com todos os recursos tecnológicos disponíveis, prejudica de alguma forma a dinâmica da internacionalização, uma vez que os outros países não sabem a dificuldade de tramitação dentro do serviço público e não sendo diferente na UnB; e
- Instabilidade nas políticas públicas: a mudança de gestão sem a manutenção das políticas estabelecidas ou a diminuição de verbas repassadas aos programas de capacitação pode inviabilizar ações expressivas e comprometer o desenvolvimento profissional. Essa instabilidade nas diretrizes de gestão de pessoas pode impedir a aplicação das boas práticas administrativas.

Diante dessa análise e ainda que tenham sido mapeadas as fraquezas internas e as ameaças da UnB, tais fatos não são capazes de impedir, por si só, a implementação do produto, uma vez que as forças e as oportunidades verificadas na UnB prevalecem sobre seus pontos negativos, haja vista que dispõe de ferramentas necessárias para executar a ação proposta. Salienta-se que o produto aqui sugerido não onera a Universidade, uma vez que seus professores

poderão ser alunos estudantes de letras que, em contrapartida, poderão obter créditos-extras para agregar a carga horária necessária para finalizar o seu curso acadêmico

O produto sugerido é uma ação de capacitação continuada para os técnico-administrativos, de modo que seja implementado um curso de inglês instrumental básico específico, no qual o servidor técnico tenha noções e familiaridade com o idioma no tocante a leitura, compreensão de textos em inglês, além de se comunicar nessa língua com o público estrangeiro da UnB. A realização de um curso de inglês básico instrumental permitirá uma capacitação dos profissionais para atuarem em um meio acadêmico com recepção ativa para estrangeiros, além de estarem mais preparados para viagens, participações em congressos e simpósios e leitura ativa de documentos em inglês.

Ainda que o Brasil seja cercado de países que falam espanhol e que parte de seus alunos estrangeiros sejam oriundos de países que tenham o espanhol como língua materna, resta evidenciado no PDI e PI da UnB a escolha do inglês como idioma para suas relações internacionais. Tal escolha, foi motivada por ser o inglês a língua predominante na escolha do segundo idioma para o processo de internacionalização no mundo cada vez mais globalizado e internacionalizado (FINARDI, 2016).

Isso não inviabiliza a extensão desse produto para o espanhol no intuito de estreitar os laços com países da América Latina e falantes da língua espanhola. A intenção aqui é contribuir de alguma forma, para a capacitação continuada e eficiente no tocante ao conhecimento de uma língua estrangeira aos servidores que se veem diante dos entraves do não domínio de uma segunda língua diante do processo de internacionalização da Universidade.

É sabido que essa capacitação não pode ser uma exigência da UnB, uma vez que a contratação por meio de concurso público para os servidores não contempla o domínio de idiomas estrangeiros. Desse modo, cabe aos gestores despertar o desejo da necessidade de capacitação linguística e engajamento e comprometimento dos TAEs. Ressalta-se que a ampla comunicação interna pode viabilizar a adesão dos técnicos da importância da capacitação em outro idioma para o processo de internacionalização.

Propõe-se, inicialmente, que o projeto-piloto seja desenvolvido na Faculdade de Educação, para que, após análise de seus resultados, possa ser expandido para todos os servidores que necessitem do inglês em suas atividades laborais na Universidade.

Para que o produto seja possível, será preciso realizar parcerias internas, entre a Procap, Faculdade de Letras (FL), Decanato de Extensão da (DEX), a Assessoria de Assuntos

Internacionais (INT) e Faculdade de Educação (FE). Cada um desses parceiros pode contribuir de forma específica e pessoal para o desenvolvimento do produto, assim:

a) Procap – sua participação é essencial para o sucesso do produto, uma vez que tem a finalidade de oferecer aos servidores técnico-administrativos ações de capacitação e desenvolvimento de competências e a atualização de conhecimentos, habilidades e atitudes partir do uso da Internet e da plataforma virtual;

b) Faculdade Letras (FL) - possui o programa permanente de extensão de ensino UnB Idioma, que já conta com estrutura didática e pedagógica necessária para a ministração das aulas, bem como o material didático exigido para o curso, pois o programa já oferta curso na modalidade de inglês instrumental. Também poderá desenvolver um projeto de créditos para os alunos dos últimos semestres em troca de ministração de aulas de inglês instrumental para o corpo técnico;

b) Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) – possui interesse direto e próprio no desenvolvimento e implantação para o Processo de Internacionalização, por isso poderá apoiar a elaboração das parcerias na UnB;

c) Decanato de Extensão da (DEX) – possui como uma de suas diretrizes a realização de parcerias para instituir o Programa de Internacionalização na UnB. Dessa forma, em conjunto com o INT, pode dar início e sugestões à Procap na implantação do curso;

d) Faculdade de Educação (FE) - como parceiro do projeto-piloto, contribuirá com a estrutura física e com os servidores de suas secretarias e assessoria de direção para a realização do curso de capacitação do inglês instrumental básico.

O estreitamento desses laços entre os órgãos da UnB em prol da capacitação continuada dos seus servidores técnicos e do seu Programa de Internacionalização é de grande importância para a viabilização do projeto sugerido, curso de inglês instrumental, com a perspectiva de propor melhorias nessas ações no sentido de torná-las mais eficientes e eficazes.